

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BALANÇO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO BANCO HSBC BANK
BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO**

**Autora: Valdinéia Baraldi
Orientadora: Prof. Esp. Heloísa dos Santos**

**JUINA/MT
2010**

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BALANÇO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO BANCO HSBC BANK
BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO**

**Autora: Valdinéia Baraldi
Orientadora: Prof. Esp. Heloísa dos Santos**

“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis”.

**JUINA/MT
2010**

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BANCA EXAMINADORA

Monografia apresentada em 29/11/2010 e aprovada pela Banca examinadora,
constituída pelos professores:

Profº Ms. João Luiz Derkoski

Profª Ms. Cleiva S. Mativi

Orientadora
Profª. Esp. Heloísa dos Santos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Edina e Valdecir, meu namorado Fernando, a meu sobrinho, Crhistopher, a minha irmã, Edinéia, aos meus amigos que estiveram comigo durante todos os anos que passei na cadeira de acadêmica, pelos incentivos e pela ajuda que todos me ofereceram de acordo com o que podiam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a DEUS, que me deu o dom da vida. Agradeço a minha orientadora Heloísa que esteve comigo durante este período difícil, e agradeço em especial a minha professora mestre, Cleiva S. Mativi, que muito me ajudou na construção deste trabalho, e também porque foi à professora que esteve mais presente em minha vida acadêmica.

Aos meus colegas, que sempre me compreenderam nos momentos de stress, que não foram poucos, a minha família, pela compreensão nos momentos de raiva, dor e nervosismo.

Fica aqui meu agradecimento especial a minha querida amiga e chefe, Carine Silvestrim Hermes, pois me proporcionou tempo suficiente para a elaboração deste tão importante trabalho.

Agradeço também ao amigo Salatiel Blanco, que nos momentos de dúvida sempre esteve pronto para me ajudar.

'Para obter algo que você nunca teve,
precisa fazer algo que nunca fez'.
(*Chico Xavier*)

RESUMO

Em 1997 o Brasil começa a evoluir seu modo de demonstrar a sociedade suas ações sociais, através de um sociólogo chamado Herbert de Souza, o Balanço Social começa a ser divulgado e conhecido no Brasil, e a partir de então toma e corpo e admiradores. Em muitos países a divulgação do Balanço Social já é obrigatória, porém no Brasil sua elaboração ainda é opcional, apesar da existência de um projeto Lei na Câmara dos Deputados de Brasília, para que o BS seja obrigatório. Apenas no município de Porto Alegre já existe essa obrigatoriedade. O Balanço Social foi criado com o intuito de dar transparência nas ações efetuadas pelas empresas, em relação ao meio ambiente, educação e comunidade. Com isso as grandes empresas saíram na frente e muitas já possuem sua forma de divulgação conforme são propostas. O profissional contábil tem o dever de auxiliar os empresários na elaboração de seu Balanço Social, ou mesmo nos Relatórios de Sustentabilidade, que também vem sendo utilizado, principalmente por empresas multinacionais. Cabe ao contador o incentivo desta prática, pois ele sabe como fazer a elaboração de forma correta e que seja do entendimento de todos interessados e da sociedade em geral, ele também sabe da importância da divulgação desses dados.

Palavras-Chaves: Balanço Social, Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social.

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

BS	Balanço Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DCs	Demonstrações Contábeis
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA	Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras
HSBC	Hong Kong Shanghai Bank Corporation
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IHS	Instituto HSBC Solidarietà
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NEs	Notas Explicativas
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
RH	Recursos Humanos

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura e modelo-Balço Social segundo a metodologia IBASE.....	36
Quadro 2: Normas brasileiras x vertenes definidas pela FIPECAFI	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 HIPÓTESES.....	13
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.3.1 Objetivo Geral.....	13
1.3.2 Objetivos específicos.....	14
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	14
1.5 JUSTIFICATIVA.....	14
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 CONCEITO DE CONTABILIDADE	16
2.1.1 Campo de Atuação da Contabilidade	17
2.1.2 Finalidade da Contabilidade.....	17
2.1.3 Objeto da Contabilidade	18
2.1.4 Princípios Fundamentais de Contabilidade	18
2.1.4.1 Princípio da Entidade.....	19
2.1.4.2 Princípio da Continuidade	19
2.1.4.3 Princípio da Oportunidade	20
2.1.4.4 O Princípio do Registro pelo Valor Original.....	20
2.1.4.5 O Princípio da Atualização Monetária	21
2.1.4.6 O Princípio da Competência.....	21
2.1.4.7 O Princípio da Prudência.....	22
2.1.5 Usuários da informação contábil.....	23
2.1.6 Características da Informação Contábil	23
2.1.6.1 Compreensibilidade	24
2.1.6.2 Relevância.....	24
2.1.6.3 Materialidade	24
2.1.6.4 Confiabilidade.....	25
2.1.6.5 Representação Adequada	25
2.1.6.6 Primazia da Essência sobre a Forma	25
2.1.6.7 Neutralidade.....	26
2.1.6.8 Prudência.....	26

2.1.6.9 Integridade	27
2.1.6.10 Comparabilidade	27
2.2 As demonstrações contábeis	27
2.2.1 Balanço Patrimonial	28
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício DRE	29
2.2.3 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados DLPA	30
2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL	30
2.2.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos DOAR	31
2.2.6 Demonstração do Fluxo de Caixa DFC	31
2.2.7 Demonstrações do Valor Adicionado DVA	32
2.2.8 Notas Explicativas e Quadros Suplementares	32
2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ADICIONAIS	33
2.3.1 Balanço Social	33
2.3.2 Surgimento do Balanço Social	34
2.3.3 Modelo de Balanço Social Proposto pelo Ibase	35
2.3.3.1 Definição do IBASE	38
2.3.4 Elaboração do Balanço Social	38
2.3.4.1 Definição de Atos e Fatos Administrativos ou Contábeis	39
2.3.5 Relatório de Sustentabilidade	40
2.4 REGULAMENTAÇÕES DO BALANÇO SOCIAL NO MUNDO	41
2.4.1 Regulamentações brasileiras do Balanço Social	41
2.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL	42
2.6 Breve Histórico do Banco HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo	43
3 METODOLOGIA	45
ANÁLISE DE DADOS	48
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIA	57
ANEXOS	60

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade vem evoluindo cada dia mais, com muito mais vantagens para os empresários, pois traz muitas facilidades para seus negócios, a contabilidade que a muitos anos atrás era apenas uma forma de evidenciar o patrimônio da empresa, atualmente, vem se destacando pelas ações sociais que as mesmas desenvolvem, e principalmente, divulgam. Cada vez mais os consumidores querem saber como e onde as empresas estão ajudando o meio ambiente, a comunidade, como estão realizando ações sociais.

Devido a crise financeira internacional, exige-se da sociedade e das organizações uma transformação em vários aspectos, dentre os principais estão o financeiro e social.

Mas somente comprometimento social não é suficiente, é necessário estratégia, para que seus clientes e consumidores tenham confiança e garantia de sobrevivência dos negócios.

A crise financeira obriga os bancos a retraírem suas carteiras e aumentarem custos, por este motivo se faz necessário que haja um diferencial no oferecimento dos produtos, pois a partir deste cenário os clientes não buscarão apenas preços, mas também aqueles que possuem responsabilidade social, que é o ramo que mais vem se desenvolvendo atualmente.

Todos os bancos vêm se adaptando, para que seus produtos não encareçam tanto e para que cada vez mais, possam oferecer para seus clientes, produtos sustentáveis. Também é importante que as empresas além de possuírem esses produtos e praticarem ações sociais, façam a divulgação das mesmas.

Para atender todas essas exigências, surge um relatório que visa atender todos os requisitos para a transparência dos negócios, esse relatório denominado Balanço Social (BS), surge com o intuito de maior visibilidade às informações interessantes não apenas aos donos, mas principalmente, aos colaboradores, acionistas, governo, investidores, comunidade entre outros que se interessem pelas ações sociais que a empresa realiza e divulga.

O Balanço Social esta associado a um processo gerencial, que segue uma linha de elaboração, que são: planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações sociais que a empresa realiza para que sejam divulgadas a comunidade para o conhecimento geral.

A Responsabilidade Social tem sido cada vez mais utilizada, principalmente pelas empresas multinacionais. Que visam o incentivo fiscal e o reconhecimento de seus clientes internos e externos, buscando um melhor desempenho na realização dos seus serviços prestados.

O HSBC Bank Brasil S/A aderiu a essa idéia com a criação de produtos sustentáveis, na oferta desses produtos para seus clientes faz com que todos saibam que além de adquirirem um excelente produto ainda ajudam a cuidar do meio ambiente, da educação e da comunidade em geral, através de atos voluntários realizados por seus colaboradores por meio dos produtos que seus clientes aderem. O HSBC também investe muito no setor de Recursos Humanos (RH), seus colaboradores, trazendo oportunidades de carreira, como por exemplo, treinamentos virtuais e presenciais visam também a saúde dos seus profissionais, fornecendo a todos planos de saúde, plano de previdência privada, plano odontológico.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Depois de escolhido o tema se faz necessário a transformação do mesmo em problema, este por sua vez pode ser escolhido em forma de pergunta. O tema deve ser questionado pelo pesquisador que após transformá-lo deverá ser curioso o suficiente para que consiga responder a pergunta que fez no início de seu trabalho.

Cervo, Bervian (2002, p. 84) define o seguinte: “Problema é uma questão que envolve intrinsecamente uma dificuldade teórica ou prática, para a qual se deve encontrar uma solução”.

Como a Contabilidade evidencia os investimentos sociais realizados pelo Banco HSBC Bank Brasil S/A?

1.2 HIPÓTESES

Para a solução do problema foram levantadas algumas hipóteses que serão aceitas ou rejeitadas no decorrer do trabalho científico pesquisado.

Cervo; Bervian (2002, p. 86) definem:

As hipóteses têm função prática quando orientam o pesquisador, colocando-o na direção da causa provável ou da lei que se procura, ou função teórica, quando coordenam e completam os resultados já obtidos, agrupando-os em um conjunto completo de fatos e fenômenos, a fim de facilitar a sua inteligibilidade e estudo.

- Os demonstrativos contábeis do HSBC Bank Brasil S/A não evidenciam os investimentos sociais;
- Os demonstrativos contábeis do HSBC Bank Brasil S/A demonstram os investimentos em projetos sociais de modo satisfatório;
- Os demonstrativos contábeis do HSBC Bank Brasil S/A evidenciam uma empresa socialmente responsável, visando dar continuidade a geração de resultados, preservando o ambiente, ajudando na educação e comunidade.

1.3 OBJETIVOS

“Os objetivos que se têm em vista definem, muitas vezes, a natureza do trabalho, o tipo de problema a ser selecionado, o material a coletar, etc”. (CERVO; BERVIAN, 2006, p. 83).

Lakatos e Marconi (2004, p. 264) afirmam:

Quem escreve um trabalho-deve sempre preocupar-se com o seguinte: o pesquisador escreve para os outros; deve, portanto, apresentar com objetividade e clareza os resultados dos dados coletados durante a pesquisa e chegar a uma conclusão.
O resultado da pesquisa deve ser equilibrado oferecendo ao interessado um trabalho válido, nesse caso, jurídico. O principal objetivo do investigador é despertar no estudante o interesse pela questão em pauta, levando-o a sentir prazer em realizar a pesquisa.

1.3.1 Objetivo Geral

- Identificar quais as técnicas que a contabilidade utiliza para evidenciar os investimentos sociais realizados pelo HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo.

1.3.2 Objetivos específicos

- Conceituar a Contabilidade, bem como as características da escrituração contábil;
- Descrever as demonstrações contábeis;
- Evidenciar o Balanço Social como demonstração contábil adicional;
- Traçar breve histórico do Banco HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo;
- Levantar em quais projetos sociais o HSBC Bank Brasil S/A investe;
- Analisar o balanço social, O balanço patrimonial, os relatórios de sustentabilidade e as NEs do HSBC Bank Brasil S/A para saber como eles evidenciam os investimentos sociais;
- Analisar os motivos que levam o HSBC Bank Brasil S/A a investir em projetos sociais.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Identificar através do Balanço Social e patrimonial, dos relatórios de sustentabilidade, e das NEs em quais ações sociais o HSBC investe.

1.5 JUSTIFICATIVA

A prática da responsabilidade social e a sustentabilidade vêm crescendo cada dia mais, devido à grande divulgação nos meios de comunicação e também nas salas de aula, com o aumento do efeito estufa o assunto ganhou uma dimensão gigante, e as empresas que não se adequarem a prática de responsabilidade social estarão cada vez mais distantes do sucesso, pois o assunto que mais chama a atenção nos últimos tempos tem sido a responsabilidade social.

As empresas que praticam a responsabilidade social o fazem porque se preocupam com o futuro do país, pois de acordo com pesquisas científicas, se não cuidarmos hoje do nosso planeta daqui a alguns anos ele não existirá mais, e quem irá sofrer as principais conseqüências são os nossos descendentes.

Portanto a escolha deste tema se deve ao grande trabalho que o Banco HSBC vem realizando em atividades voltadas para o meio ambiente a educação e a comunidade, e principalmente para divulgar através dos balanços e demonstrativos contábeis como isso pode ajudar no desempenho de uma empresa de forma positiva.

Esse tema é um incentivo para as pequenas, médias e grandes empresas adotarem a mesma prática que o Banco HSBC e outras grandes empresas já vêm realizando, cuidando da sociedade, da educação e do meio ambiente, trazendo assim satisfação para seus clientes e para a natureza que sorri cada vez mais com o gesto de responsabilidade social.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho esta dividido em cinco partes:

Na primeira seção foi apresentada a importância do estudo, através de uma visão geral do trabalho, onde se definiu a contextualização, hipóteses, problema de pesquisa, objetivos, delimitação de pesquisa e justificativa.

A segunda seção discorre sobre a fundamentação teórica, sobre conceito de contabilidade, as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis adicionais: balanço social, balanço social, balanço social nos padrões do modelo Instituto Brasileiro de Análise Social Econômica, Regulamentações do Balanço Social no Mundo, Responsabilidade Social e breve histórico do Banco HSBC Bank Brasil S/A.

A terceira seção descreve sobre a metodologia de pesquisa utilizada no trabalho.

A quarta seção apresentou os dados coletados e suas análises.

A quinta seção apresenta a conclusão e devidas recomendações.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE CONTABILIDADE

A Contabilidade pode ser considerada, como uma arte, uma ciência ou como técnica, cada doutrinador a enquadra da forma que acha mais conveniente e adequada.

A Contabilidade tem a função de registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar os fenômenos que ocorrem no Patrimônio, que é seu objeto de estudo.

Franco (2006, p. 21) conceitua a contabilidade da seguinte maneira:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente de gestão da riqueza patrimonial.

Desde o seu surgimento, a Contabilidade vem sendo ordenada por um conjunto de conhecimentos, que possui objetos e finalidades definidos, e tem sido considerada como uma arte, técnica ou ciência, isso varia de acordo com orientação seguida pelos doutrinadores ao fazer seu enquadramento no elenco das espécies do saber humano.

Franco (2006, p. 19) tem a seguinte opinião: “Para nós, que a consideramos um conjunto de conhecimentos sistematizados, com princípios e normas próprias, ela é, na acepção ampla do conceito de ciência, uma das ciências econômicas e administrativas”.

Ribeiro (2009, p. 10) cita que: “A contabilidade é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio das empresas”.

Verifica-se que cada empresa possui sua particularidade sobre a contabilidade de acordo com as normas já existentes, respeitando a Lei 6.404 e as normas do CFC. Essa particularidade faz com que cada empresa possua seu próprio sistema, onde registra e controla todas as informações necessárias para o

desenvolvimento da mesma, podendo assim, auxiliar na tomada de decisões de seus usuários.

A contabilidade surgiu há muito tempo, ela veio auxiliar as pessoas no controle de seu patrimônio, para que todos possam saber ao certo o que possuem e como podem usufruir o que tem.

2.1.1 Campo de Atuação da Contabilidade

A contabilidade é uma ciência que atua nas empresas de maneira que possam estudar e analisar o patrimônio da mesma, podendo assim seus usuários ter as informações necessárias para o bom desenvolvimento da empresa em questão.

De acordo com Cherman (2005, p. 2): “São as aziendas. Devido ao objeto da Contabilidade, (o patrimônio) o campo de atuação torna-se muito amplo incluindo pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, de fins lucrativos ou não”.

Verifica-se então que a contabilidade pode ser aplicada tanto em empresas públicas como em empresas privadas, nos quais serão aplicados os princípios gerando assim informações sobre a situação patrimonial, econômica e financeira.

2.1.2 Finalidade da Contabilidade

A finalidade da contabilidade é registrar corretamente todas as variações que ocorrem no patrimônio, e de forma clara e objetiva para que terceiros também possam usufruir de informações tão valiosas quanto as que a contabilidade nos traz.

Franco (2006, p. 22) relata sobre a finalidade da Contabilidade:

A finalidade da Contabilidade é, pois, controlar os fenômenos ocorridos no patrimônio de uma entidade, através do registro, da classificação, da demonstração expositiva, da análise e interpretação dos fatos nele ocorridos, objetivando fornecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

A contabilidade é uma ferramenta segura para que as empresas possam tomar decisões corretamente de forma que os fenômenos ocorridos não influenciem

na riqueza patrimonial da empresa. Essas informações também serão úteis para prováveis financiadores, fornecedores e o próprio governo.

2.1.3 Objeto da Contabilidade

O objeto da contabilidade é o patrimônio da empresa, o dever do contador é fornecer informações importantes sobre as diversas variações que o patrimônio sofra durante o período estudado, para que os responsáveis pela organização possam tomar as devidas ações para o bom andamento dos negócios em qualquer ramo que se deseje atuar.

Franco (2006, p. 21-22) escreve:

O patrimônio é o objeto da Contabilidade, isto é, sobre ele se exercem as funções contábeis, para alcance de suas finalidades.

O patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados à entidade econômico-administrativa, e constitui um meio indispensável para que esta realize seus objetivos. Para alcançá-los, a administração da entidade pratica atos de natureza econômica e financeira, produzindo variações aumentativas e diminutivas na riqueza patrimonial.

O objeto da Contabilidade é, pois, o patrimônio, e em torno dele se desenvolvem suas funções, como meio para atingir sua finalidade, que é a de informar e orientar a administração sobre o estado desse patrimônio e suas variações.

2.1.4 Princípios Fundamentais de Contabilidade

A resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, editada pelo CFC, tem o intuito de unificar os Princípios Fundamentais de Contabilidade em nível nacional, elencando os seguintes Princípios:

- da ENTIDADE;
- da CONTINUIDADE;
- da OPORTUNIDADE;
- do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;
- da COMPETÊNCIA;
- da PRUDÊNCIA.

2.1.4.1 Princípio da Entidade

O Princípio da Entidade foi criado para que os empresários e seus respectivos sócios se houverem, não confundam patrimônio próprio com o patrimônio da empresa, pois são totalmente distintos. Neste princípio se faz necessário que a empresa tenha sua contabilidade, suas receitas e despesas separadas das despesas e receitas pessoais, que o empresário utilize sempre os métodos impostos pelo princípio para poderem assim trabalhar com sucesso.

Conforme Ludicibus (2006, p. 100):

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único. O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

2.1.4.2 Princípio da Continuidade

Neste princípio afirma-se que o patrimônio na sua composição qualitativa e quantitativa, depende das prováveis condições que as operações da Entidade irão se desenvolver. A Continuidade não se aplica somente em caso de cessação integral das atividades, mas também em casos onde ocorrem modificações no volume de operações, que de alguma forma afete o valor de alguns componentes patrimoniais.

Ludicibus (2006, p. 101):

Art. 5º A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, deve ser considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

2.1.4.3 Princípio da Oportunidade

O Princípio da Oportunidade exige o registro e o relato de todas as variações que o patrimônio sofre no exato momento em que acontecem, é a base indispensável à fidedignidade das informações do patrimônio da Entidade em determinado período. Atualmente, até fatos que poderão ocorrer, já podem ser registrados, no caso, existe a conta de compensação que é específica para este registro.

Iudicibus (2006, p. 101):

Art. 6º O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originam.

Parágrafo único. Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE:

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

2.1.4.4 O Princípio do Registro pelo Valor Original

É necessário que se faça o registro dos componentes do patrimônio com o mundo exterior da Entidade pelo seu valor original inicial efetuado pelos valores ocorridos na data das transações, em moeda corrente do país, e os mesmos serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores.

Sá (2006, p. 94) O denominado **Princípio do registro pelo Valor Original** considera que

Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

I – A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultados do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados os seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente sua decomposição em elementos e/ou agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – os princípios da Atualização Monetária e do Registro pelo Valor original são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;

V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

2.1.4.5 O Princípio da Atualização Monetária

Este Princípio foi revogado pela Resolução CFC nº 1.282/10, conforme anexo.

Iudicibus (2006, p. 101-102):

Art. 8º As efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Parágrafo único. São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido;

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

2.1.4.6 O Princípio da Competência

O Princípio da competência não está relacionado com recebimentos ou pagamentos, mas com o reconhecimento das receitas geradas e das despesas

incorridas em determinado período. Também esta diretamente ligada ao entendimento das variações patrimoniais e sua natureza, dividido em duas grandes classes, as qualitativas e as quantitativas, na primeira modifica somente a qualidade ou a natureza dos componentes patrimoniais, sem repercussão no patrimônio líquido, já na segunda, o patrimônio líquido é modificado.

Para Sá (2006, p. 95-96) O denominado **Princípio da Competência** considera que:

As receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento.

O princípio da competência determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição do patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para a classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do princípio da Oportunidade.

O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer a sua geração.

As receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investitura na propriedade de bens anteriormente pertencentes a entidade, quer pela fruição de serviços por ela prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela agregação natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções;

Consideram-se ocorridas as despesas:

I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

2.1.4.7 O Princípio da Prudência

A Prudência deve ser observada quando, na existência de um passivo ou ativo já escriturados por valores determinados, surge dúvida quanto a possível correção dos mesmos. Havendo formas alternativas de se calcular os novos valores, é importante que se opte, no caso de ativo para que o valor seja sempre menor do que o inicial, e no caso de componentes do passivo é necessário que o valor seja maior.

Sá (2006, p. 97) O denominado **Princípio da Prudência** considera que:

O princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componente do Ativo e do maior para o Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

O Princípio da Prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios fundamentais de Contabilidade.

A aplicação do Princípio da Prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

2.1.5 Usuários da informação contábil

Todos somos usuários da informação contábil, cada um de acordo com sua necessidade. Os administradores e responsáveis querem saber como está o seu lucro ou prejuízo, fornecedores e financiadores, querem saber se estão fazendo negócios com uma empresa de confiança, o governo quer saber se a empresa está bem para estar quites com os impostos devidos, os colaboradores, estão interessado, pois a empresa é sua fonte de renda individual, os sócios e os acionistas também tem interesse, pois é dali que saem seus lucros ou prejuízos dos investimentos que fazem na empresa.

Ribeiro (2002, p. 35) afirma que:

Compreendem todas as pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham interesse na avaliação da situação e dos desenvolvimento da entidade, como titulares (empresas individuais), sócios, acionistas, administradores, governo (fisco), fornecedores, bancos etc.

2.1.6 Características da Informação Contábil

De acordo com o CFC (2008, p. 99) que fala sobre a NBCT 1: “As características qualitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. As quatro principais características qualitativas são: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade”.

2.1.6.1 Compreensibilidade

CFC (2008, p. 99):

Uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis é que sejam prontamente entendidas pelos usuários. Para esse fim, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência.

É necessário que as informações contábeis sejam bem claras e fáceis, para que os usuários da mesma consigam compreendê-la, sem maiores dificuldades. Por este motivo se faz necessário esta característica, para que as informações possam ser entendidas por todos que as observe e analise.

2.1.6.2 Relevância

Para que a informação contábil seja registrada pela contabilidade é necessário que ela seja relevante, para se tornarem relevantes elas necessitam suprir as necessidades dos usuários, elas devem ter influência na tomada de decisão, principalmente dos gestores e dos usuários da contabilidade. Para que ela se torne relevante é preciso que através dela possa ser evidenciados os impactos que as informações vão trazer em benefício ou malefício.

Define o CFC (2008, p. 99) pela NBC T 1:

Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As decisões são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores.

2.1.6.3 Materialidade

Existem alguns casos em que apenas a natureza da informação é suficiente, porém existem outros que são diretamente afetados pela natureza e materialidade, ou seja, é necessário que haja maiores informações para que a contabilidade seja bem entendida por seus usuários.

De acordo com o CFC (2008, p. 100) NBC T 1: “ A relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade. Em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância”.

2.1.6.4 Confiabilidade

Para que a informação contábil seja válida e aproveitada, é necessário que ela seja de confiança, esta é uma característica muito importante também, pois para se obter uma informação confiável é necessário que se possua fontes também confiáveis.

NBC T 1 de Acordo com o CFC (2008, p. 100): “para ser útil, a demonstração contábil deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a apresentar”.

2.1.6.5 Representação Adequada

Representação adequada nada mais é que a verdade escrita sobre as transações ocorridas na empresa que vem a afetar diretamente o patrimônio da empresa devem ser registradas corretamente com o real valor das ocorrências.

CFC (2008, p. 101) NBC T 1 define assim:

Para ser confiável, a informação deve representar adequadamente as transações e outros eventos que ela diz representar, assim, por exemplo, o balanço patrimonial numa determinada data deve representar adequadamente as transações e outros eventos que resultem em ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade e que atendam aos critérios de reconhecimento.

2.1.6.6 Primazia da Essência sobre a Forma

Por ser uma marcante característica nas normas internacionais de contabilidade, e, por causa da Lei 11.638/07 que altera a Lei 6.404/76, este item merece ser lembrado e reconhecido, pois os eventos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade econômica.

Segundo o CFC, (2008, p. 101) pela NBC T 1:

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

2.1.6.7 Neutralidade

Além de confiáveis, é necessário que as informações das demonstrações contábeis sejam neutras, ou seja, elas não podem levar os usuários a tomar decisões nem fazer um julgamento, buscando atingir resultados.

O CFC (2008, p. 101) pela NBC T 1 define assim neutralidade:

Para ser confiável, a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, imparcial. As informações contábeis não são neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, elas induzirem a tomada de decisão ou julgamento, visando atingir um resultado ou desfecho predeterminado.

2.1.6.8 Prudência

Essa característica fala das reservas ocultas, por isso só se aceita esse recurso diante de incertezas e observando os demais princípios, com muita cautela.

Segundo Sá (2007, p. 97):

O denominado Princípio da Prudência considera que:
O Princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para o Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
O Princípio da Prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.
A aplicação do Princípio de Prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

Para o CFC (2008, p. 102) NBC T 1:

Os preparadores de demonstrações contábeis se deparam com incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais como a possibilidade de recebimento de contas a receber de liquidação duvidosa, a vida útil provável das máquinas e equipamentos e o número de reclamações cobertas por garantias que possam ocorrer.

2.1.6.9 Integridade

Neste caso, a integridade significa que as informações devem ser confiáveis para que se possam tomar as decisões corretas em relação ao patrimônio da empresa.

Conforme o CFC (2008, p. 102) NBC T 1:

Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não-confiável e deficiente em termos de sua relevância.

2.1.6.10 Comparabilidade

As demonstrações contábeis devem dar condições para que os seus usuários possam compará-las. Também devem ter condições de comparar entidades diferentes, a fim de avaliarem a posição patrimonial e financeira.

CFC (2008, p. 02) NBC T 1:

Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem também, ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira.

2.2 As demonstrações contábeis

As DCs são instrumentos que se norteiam por diversas normas e órgãos reguladores, utilizados para diagnosticar a vida financeira e econômica da empresa,

podendo o contador assim dar um parecer mais exato sobre como a empresa esta financeiramente.

Segundo Reis (2009, p. 56): “As demonstrações contábeis (financeiras) consistem num conjunto de demonstrativos, previstos por lei ou consagrados pela prática, normalmente elaborados ao final do exercício social”.

As demonstrações contábeis são elaboradas para suprir as necessidades dos usuários, por isso são devidamente confeccionadas para cada assunto de forma peculiar e com nomenclatura própria.

O IBRACON (NPC 27) relata o seguinte:

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

A Lei nº 11638 promoveu algumas alterações na Lei nº 6404, principalmente nas sociedades de grande porte, como por exemplo a elaboração das demonstrações contábeis, a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na CVM. Assim incluiu-se nas demonstrações obrigatórias para publicação a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) que substitui a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos (DOAR), e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), para as Sociedades Anônimas de capital aberto. Porém as Sociedades Anônimas de capital fechado não estão obrigadas a elaborar a Demonstração do Valor Adicionado.

2.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é representado por dois grandes grupos, o ativo e o passivo da empresa, no qual o ativo representa o patrimônio bruto da empresa, e o passivo representa a indicação da origem de recursos.

Para Reis (2009, p. 68): “O Balanço Patrimonial – demonstrativo básico e obrigatório – é uma apresentação estática, sintética e ordenada do saldo monetário

de todos os valores integrantes do patrimônio de uma empresa em determinada data.”

Com a utilização do balanço patrimonial, os usuários podem saber com maior facilidade e praticidade como esta a situação financeira e patrimonial da empresa.

A norma de contabilidade NBC T 3.2 define balanço patrimonial da seguinte forma: “O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade”.

Conforme fala a Lei, a composição do Balanço de seguir o que reza o artigo 178 da Lei 6.404/76 e a nomenclatura NBC T 3.2.

Braga (2003, p. 78 - 79) define Balanço Patrimonial da seguinte forma:

O balanço patrimonial tem por objetivo demonstrar a situação do patrimônio da empresa, em determinada data – normalmente ao término de cada exercício social. A lei societária recomenda que as contas do balanço sejam classificadas segundo os elementos do patrimônio que elas representam, sendo agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Para tanto, as contas do ativo deverão ser dispostas em ordem decrescente de realização ou conversibilidade (grau de liquidez) e as contas do passivo e patrimônio líquido em ordem decrescente de exigibilidade.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício DRE

As demonstrações do resultado do exercício são compostas por cinco grupos de contas que diagnosticam os saldos das empresas. Dentre elas estão: receita bruta, receita líquida, resultado bruto, resultado operacional, resultado antes do imposto de renda e resultado líquido.

Para Braga (2003, p. 97):

A finalidade básica da Demonstração do Resultado do Exercício é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final – lucro ou prejuízo. Esse resultado líquido final, se lucro, representa o ganho efetivo obtido pela empresa, que tem por finalidade remunerar os sócios ou acionistas e manter e /ou desenvolver o patrimônio da empresa. Se prejuízo líquido do exercício, representa a parcela de desgaste sofrido pelo patrimônio no período, significando que as

receitas geradas foram insuficientes para cobrir os custos e despesas incorridas para a obtenção de tais receitas.

A demonstração do resultado do exercício nada mais que a informação necessária para que se saiba qual foi o resultado líquido final em cada exercício, para que os proprietários e possíveis sócios dividam os lucros ou paguem os prejuízos. Em caso de lucro providenciar para que os mesmos continuem surgindo, no caso de prejuízo, estudar uma melhor forma de melhorar os investimentos, as despesas e as receitas da empresa.

2.2.3 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados DLPA

Na demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, são evidenciadas as movimentações que ocorrem nas mesmas em determinado período, podendo assim os sócios e acionistas analisar os resultados financeiros que a empresa vem trazendo durante o período que se deseje. Serve também para que possíveis investidores, fornecedores e o governo saibam a real situação da empresa.

Segundo Silva (2007, p. 33): “A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) possibilita a evidenciação clara do resultado do período, sua distribuição e a movimentação ocorrida no saldo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.”

A DLPA nada mais é que a evidenciação dos Lucros ou Prejuízos da empresa, durante um determinado período.

2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL

Por não ser obrigatória, muitas empresas não fazem a DMPL, que nada mais é que um complemento para os demais dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. A DMPL evidencia todo acréscimo e diminuição, fornecendo informações importantes sobre as movimentações internas das contas do Patrimônio Líquido.

Silva (2007, p. 34) afirma que:

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) tem por objetivo detalhar as modificações ocorridas durante um exercício social nas contas do Patrimônio Líquido (Capital Social, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Reservas), partindo do saldo inicial e chegando ao saldo final (aquele que aparece no balanço patrimonial). Ela traz a informação que complementa os demais dados constantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício.

2.2.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos DOAR

A DOAR tem como principal objetivo mostrar o posicionamento financeiro da empresa, ela também serve de complemento das demais Demonstrações, e sua função neste sentido é evidenciar qual origem dos recursos e sua aplicabilidade.

Cherman (2005, p. 316) afirma que:

O objetivo principal da DOAR é relatar as modificações na posição financeira da empresa, complementando as informações das outras demonstrações contábeis, visualizando como foram obtidos (origens) e destinados (aplicações) os recursos que afetam o capital circulante líquido.

No dia 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638/07, que revoga a Lei 6.404/76, e traz algumas mudanças em relação às sociedades por ações. A Lei 11.638/07 no seu artigo nº 176. IV, substitui a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

2.2.6 Demonstração do Fluxo de Caixa DFC

A DFC tem como objetivo disponibilizar informações de entradas e saídas de numerário no caixa em determinado período. Através destas informações e as demais contidas nas demais demonstrações, os usuários, empresários, etc. podem :

- Compreender porque haverá possíveis diferenças entre o resultado e o fluxo de caixa líquido de atividades operacionais;
- Avaliar futura geração de caixa, para pagamentos de obrigações e dividendos aos sócios;
- Identificar se haverá uma necessidade de futuros financiamentos;

- Através da posição financeira evidenciar o efeito sobre financiamento e investimentos. (REIS, 2009).

Reis (2009, p. 158) conceitua que:

De um modo geral, a Demonstração dos “Fluxos de Caixa” indica a origem de todos os recursos monetários que entraram no Caixa, bem como onde foram aplicados os recursos monetários que saíram do Caixa em determinado período.

2.2.7 Demonstrações do Valor Adicionado DVA

A DVA teve surgimento na Europa, por influência da Inglaterra, França e Alemanha, e tem sido muito utilizada em âmbito internacional, devido a recomendações da ONU. A DVA esta sendo muito útil devido ao conceito de que é uma demonstração que evidencia a riqueza produzida por determinada empresa, ou seja, quanto foi adicionado a ela por seus fatores de produção e como essa riqueza foi dividida entre as partes interessadas. (Marion, 2007).

Segundo Kroetz (2000, p. 40):

A DVA é na realidade a diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu, ou seja, representa o que foi agregado de valor ao produto/serviço (riqueza gerada), dentro de seu ciclo operacional. Demonstrando, ainda, sua distribuição para empregados, governo, financiadores, acionistas/sócios, etc.

2.2.8 Notas Explicativas e Quadros Suplementares

Os quadros suplementares servem de auxílio para que seus usuários possam entender melhor todas as demonstrações contábeis através do detalhamento que as notas trazem.

Padoveze (2004, p. 388) escreve que:

A finalidade das Notas Explicativas é proporcionar aos usuários perfeito entendimento dos relatórios básicos numéricos já apresentados, com informações de caráter descritivo, informando os principais critérios, e

eventuais modificações, que foram utilizados na elaboração dos relatórios contábeis.

Elas trazem o detalhamento numérico de algumas contas do Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, para que se tornem objeto de averiguação específica de modo que seus usuários possam ter melhor compreensão sobre as informações contidas nestes demonstrativos.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ADICIONAIS

As demonstrações adicionais servem de auxílio as demonstrações obrigatórias já citadas anteriormente, estas demonstrações são utilizadas para complementar os relatórios existentes nas demais demonstrações oferecidas as empresas para definirem seu patrimônio.

Marion (1989, p. 458) relata que:

Além das demonstrações financeiras já estudadas, a contabilidade adiciona àquelas demonstrações outras informações complementares no sentido de enriquecer os relatórios evitar que (estes relatórios) se tornem enganosos. [...] As evidenciações podem estar mencionadas na forma descritiva, na forma de quadros analíticos suplementares ou em outras formas[...].

2.3.1 Balanço Social

O Balanço Social é um demonstrativo utilizado pelas organizações para divulgar os benefícios que a mesma tem para com os colaboradores, investidores, analistas e para com a comunidade como um todo. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Segundo o Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas *apud* Reis (2009, p. 404):

“o balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações

sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade [...]”.

No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

O balanço social é uma ferramenta que, quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta.

2.3.2 Surgimento do Balanço Social

O Balanço Social surgiu na Europa e nos EUA, em meados dos anos 60, quando deu-se início a um movimento para boicotar a aquisição de produtos e ações de algumas empresas que estavam diretamente ligadas a conflitos, a sociedade queria que estas empresas adotassem uma nova postura, a partir de então algumas empresas começaram a fazer uma prestação de contas de suas ações e seus objetivos sociais, essa divulgação que começou nos anos 60 e continua até os dias de hoje, nós chamamos de Balanço Social.

Segundo Herbet de Souza (?) (200?):

Nos anos 60, nos EUA e na Europa, o repúdio da população á guerra do Vietnã deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito. A sociedade exigia uma nova postura ética e diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais. A elaboração e divulgação anual de relatórios com informações de caráter social resultaram no que hoje se chama de balanço social.

Em 1977, Na França foi decretada uma lei determinando que as empresas com mais de 750 funcionários publicassem um balanço anual relatando suas práticas trabalhistas.

No Brasil a idéia começou a ser discutida na década de 70. Contudo apenas nos anos 80 surgiram os primeiros balanços sociais de empresas. a partir da década de 90 corporações de diferentes setores passaram a publicar balanço social anualmente.

Kroetz (2000, p. 59) afirma que:

Na década de 90, este cenário começa a alterar-se. O Balanço Social encontrou defensores de expressão que incentivaram sua publicação, chamando a atenção da comunidade política e empresarial. O Sociólogo Herbert de Souza (Betinho 1935-1997) talvez tenha sido o grande interlocutor e promotor dessa nova realidade, pois lutou de forma incansável para realizar um de seus sonhos, implantar um Balanço Social adequado à realidade brasileira, apoiando-se sempre no Instituto Brasileiro de Análises Sociais-Econômicas (IBASE).

Em junho de 1997, o sociólogo Herbert de Souza lança uma campanha de divulgação do balanço social, ele teve muito apoio o que ajudou essa idéia a dar certo, e a partir daí muitas empresas começaram por conta própria divulgarem através de balanços sociais e relatórios quais eram as ações que desenvolviam pela sociedade.

Szuster et. al. (2008, p.56) definem:

A principal demonstração suplementar é denominada Balanço Social (BS), que demonstra o grau de comprometimento que a organização tem em relação à sociedade e ao meio ambiente. [...] a publicação do Balanço Social faz parte desse compromisso de gestão. A demonstração reúne informações sobre projetos, benefícios e ações sociais e serve como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da empresa feito com projetos e ações de responsabilidade social corporativa.

2.3.3 Modelo de Balanço Social Proposto pelo Ibase

Para que mais empresas sintam-se incentivadas a publicar o seu balanço social, o Ibase criou um modelo bem simples e prático.

Torres (2008, p. 25) escreve sobre as sete categorias propostas pelo modelo Ibase:

O balanço social da empresa, elaborado segundo a metodologia do Ibase, apresenta dados e informações de dois exercícios anuais por meio de uma tabela bastante simples e direta, que se deve ser publicada e amplamente divulgada. O modelo atual é composto por 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, organizados em sete categorias.

A seguir poderemos observar o quadro que descreve as sete categorias que fazem parte do modelo proposto pelo Ibase.

<p>1. Base de Cálculo</p> <p>São apresentados 03 informações financeiras – receitas líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta – que servem de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dados apresentados, informando o impacto dos investimentos nas contas da empresa.</p>
<p>2. Indicadores sociais internos</p> <p>Indicadores sociais internos: nesta parte do balanço são apresentados todos os investimentos internos, obrigatórios, e voluntários, que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional (alimentação, encargos sociais, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio creche (participação nos lucros e resultados e outros)).</p>
<p>3. Indicadores sociais externos</p> <p>Aqui aparecem os investimentos voluntários da empresa, cujo público alvo é a sociedade em geral (projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros). São ações sociais privadas realizadas por empresas visando à sociedade, com os objetivos ou interesses das corporações.</p>
<p>4. Indicadores ambientais</p> <p>São apresentados os investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais e também aqueles que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental. Também são solicitados investimentos em projetos e ações que não estão relacionados com a operação da companhia e um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais de eco eficiência.</p>
<p>5. Informações do corpo funcional</p> <p>O Balanço Social na metodologia Ibase, utiliza indicadores do corpo funcional para medir o grau de relacionamento da empresa com seu público interno no concerne á criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários (as), valorização da diversidade – negros (as), mulheres, faixa etária e pessoas com deficiência – e participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa (mulheres e negros).</p>
<p>6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</p> <p>O termo utilizado nesta parte do modelo – “cidadania empresarial” – refere-se a uma série de ações realizadas aos públicos que interagem com a empresa, com grande ênfase no público interno. Em sua maioria, são indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição dos benefícios. Também aparecem nesta parte do balanço algumas das diretrizes e dos processos desenvolvidos na empresa que estão relacionados às políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa.</p>
<p>7. Outras informações</p> <p>Este espaço é reservado e amplamente utilizado pelas empresas para divulgar outras informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais.</p>

Quadro 1: Estrutura e modelo-Balanço Social segundo a metodologia IBASE
 Fonte: Torres (2008, p. 25-26)

Um balanço social bem organizado deve constar informações importantes e bem divididas de acordo com seu quesito.

No primeiro quesito, estão relacionadas às receitas líquidas e o resultado operacional, que ira informar qual o impacto dos investimentos nas contas patrimoniais da empresa.

No segundo quesito, fala dos indicadores sociais internos, ou seja, todos os investimentos voluntários e obrigatórios, realizados pela empresa para atender aos seus colaboradores, em todos os setores, desde a alimentação, educação até a sua participação nos lucros e resultados da empresa.

No terceiro, aparecem os indicadores sociais externos, todo investimento voluntário que tem como público-alvo a sociedade, tudo o que se refere a educação, cultura, saúde, entre outros.

Em seguida, temos o quarto quesito, que são os indicadores ambientais, onde se apresenta os investimentos da empresa para minimizar os impactos negativos que a mesma causou ao ambiente, ou mesmo os investimentos para que o ambiente não se degrade.

O próximo quesito traz informações sobre o corpo funcional, como a empresa se preocupa com seus colaboradores na questão de jornada de trabalho, contratação de estagiários, pessoas que sofrem discriminação, faixa etária entre outros.

Quase finalizando o modelo, temos o tema quanto ao exercício da cidadania empresarial, que se refere a uma série de ações realizadas com o público que interage com a empresa, principalmente o público interno, em geral, mostra como está a participação interna e a distribuição de benefícios.

E finalizando, temos o quesito sete, que trata do espaço que as empresas têm para divulgar outras informações que acredite ser necessárias para os demais usuários dessas informações.

2.3.3.1 Definição do IBASE

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), foi criado em 1981, um de seus principais fundadores se chama Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho. O IBASE é uma instituição que não visa lucros, não vínculo partidário nem religiosos.

Com a missão de aprofundar a democracia, quer seguir os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade.

É uma instituição democrática, que busca o fortalecimento do tecido associativo o monitoramento e influência sobre políticas públicas, para que isso aconteça o IBASE desenvolve projetos sociais, ou algumas iniciativas nas seguintes linhas: Alternativas Democráticas à Globalização; Desenvolvimento e Direitos; Direito à Cidade; Economia Solidária; Processo Fórum Social, entre outros.

2.3.4 Elaboração do Balanço Social

Primeiramente defini-se uma pessoa capacitada para ser responsável pela elaboração do balanço social, a partir daí, essa pessoa deve promover a concepção do documento. Logo após, parte-se para a execução do trabalho, partindo das informações colhidas pelo responsável.

Tinoco (2008, p. 42) escreve que:

A elaboração do Balanço Social comporta duas fases. Na primeira o responsável designado para elaborá-lo deve promover a concepção do documento. O escopo, os meios, os objetos a serem alcançados são definidos e planejados visando a sua elaboração. A segunda fase compreende a execução do trabalho planejado, após os ajustamentos de rotina, em que os indicadores e as fontes de informação já foram previamente definidos.

O Balanço Social é elaborado através de três departamentos: o departamento de pessoal, o departamento de contabilidade e o departamento de informação contábil.

Tinoco (2008, p. 38) define da seguinte forma os três departamentos:

Departamento de pessoal: este setor envolve-se com os assalariados desde sua admissão na empresa até seu desligamento. Tem, portanto, participação em tudo o que se refere à movimentação, planejamento, controle, comportamento, evolução, treinamento, formação e desenvolvimento, etc. [...] Fornece informações sobre os assalariados tanto no âmbito interno, para fins de gestão, como extremamente, para cumprimento da legislação, tal como a Lei dos 2/3 e a Lei 4.293. Seu envolvimento na elaboração do Balanço Social é por demais óbvias.

Tinoco afirma ainda:

Departamento de contabilidade: é o encarregado na empresa de registrar os atos e fatos administrativos mensuráveis financeiramente. E o departamento que elabora e divulga os relatórios contábeis, como: balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das origens e aplicações de recursos e outros relatórios gerenciais. [...].

Tinoco finaliza assim:

Departamento de informação contábil: os objetivos de um sistema de informação contábil podem ser resumidos como: 1- Prover informações monetárias e não monetárias destinadas às atividades e decisões dos níveis: operacional, tático e estratégico da organização, bem como para os usuários externos da organização;
2- Constituir-se na peça fundamental do sistema gerencial da entidade.

Percebe-se assim, que é de suma importância que os departamentos estejam interagidos uns com os outros para a elaboração do Balanço social.

2.3.4.1 Definição de Atos e Fatos Administrativos ou Contábeis

Atos que são praticados por donos ou administrativos da empresa, que não afetam o patrimônio empresarial são denominados Fatos Administrativos ou Contábeis. Existem uma serie de atos que são praticados, mas que não afetam instantaneamente o patrimônio, estes não podem ser considerados fatos. Podemos citar como exemplo uma visita de um sócio da empresa ao gerente do banco, visando apenas manter o bom relacionamento e que não afetará o patrimônio, isso não pode ser considerado um fato, pois não houve movimentação patrimonial.

Para Ribeiro (2009, p. 66): “**Atos Administrativos** são os acontecimentos que ocorrem na empresa e não provocam alterações no Patrimônio”.

Existe porém, alguns atos administrativos que futuramente poderão provocar alterações no Patrimônio, esses são considerados relevantes, por este motivo devem ser registrados pela contabilidade por intermédio das contas de compensação.

Ainda Ribeiro (2009, p. 67): “Fatos Administrativos são os acontecimentos que provocam variações nos valores patrimoniais, podendo ou não alterar o Patrimônio Líquido”.

Devido a alteração que o Patrimônio sofre esses fatos devem ser contabilizados por meio das Contas Patrimoniais e/ou das Contas de Resultado.

2.3.5 Relatório de Sustentabilidade

O relatório de sustentabilidade atualmente tem sido a principal ferramenta para que as empresas comuniquem a comunidade em geral todos os investimentos sociais por ela realizados, sua elaboração reflete a colaboração das empresas no setor da educação, meio ambiente, comunidade, educação, entre outros aspectos sociais que determinada empresa realiza.

No ano de 2005 o HSBC realiza e divulga seu primeiro Balanço Social que se encontra em anexo para maiores consultas de sua elaboração.

O HSBC, desde 2006 realiza a divulgação de relatórios sociais, onde constam todas as informações necessárias para identificar onde e como ele colabora com o social, através do IHS (Instituto HSBC Solidariedade), podem-se encontrar os relatórios de sustentabilidade dos anos de 2006 e 2007, o relatório de sustentabilidade do ano de 2006 se encontra em anexo como exemplo para melhor visualização, no ano de 2008 e 2009 estes relatórios serão encontrados no site do banco HSBC.

O relatório de sustentabilidade utiliza-se do modelo proposto pela GRI (Global Reporting Initiative), que é o modelo mais completo e difundido mundialmente.

2.4 REGULAMENTAÇÕES DO BALANÇO SOCIAL NO MUNDO

O balanço social é um demonstrativo utilizado no mundo inteiro, e os países desenvolvidos e em desenvolvimento são os maiores incentivadores de sua publicação. Três desses países já se anteciparam e criaram regulamentações de âmbito nacional para o balanço social, são eles: França, Portugal e Bélgica, nesses países o balanço social é voltado principalmente para a relação capital-trabalho. (Ferreira; Siqueira; Gomes, org. 2009).

Ferreira; Siqueira; Gomes (2009, p. 27) escrevem que:

A França merece destaque, pois foi o primeiro país a desenvolver uma legislação acerca do balanço social, através da lei nº 77.769, de 12 de julho de 1977. Esta lei obriga todas as empresas francesas, públicas ou privadas, que possuam mais de 299 empregados, a elaborar anualmente o balanço social. E este é dividido em sete partes: emprego; remuneração e encargos sociais; condições de higiene e segurança; outras condições de trabalho; formação profissional; relações profissionais; e outras condições de vida dependentes da empresa.

2.4.1 Regulamentações brasileiras do Balanço Social

De acordo com, Ferreira; Siqueira; Gomes (2009, p. 25):

Foram identificadas dez regulamentações brasileiras que fornecem padrões para o desenvolvimento do Balanço Social: no âmbito das normas de contabilidade, a NBC T 15 e a Resolução CRC-RJ 292/2001; na esfera federal, o projeto de Lei nº 32/1999 (em substituição ao projeto de Lei nº 1.305/2003; na esfera estadual, a Lei nº 11.440/2000 do Rio Grande do Sul, a Lei nº 7.687/2002 do Estado do Mato Grosso, e a Lei nº 2.843/2003 do Estado do Amazonas; e na esfera municipal, a Lei nº 7.672/1998 de Santo André (SP), a Lei nº 8.118/1998 de Porto Alegre (RS), alterada pela Lei nº 8.197/1998, a Lei nº 9.538/2004 de Londrina (PR)).

Existem no Brasil alguns regulamentos que servem de exemplo padrão para que as empresas realizem seu balanço social, e no Estado de Mato Grosso temos a Lei nº 7.687/2002 constante no anexo 1, que estabelece alguns critérios que devem ser seguidos para a elaboração do mesmo. É importante que seja observado também o prazo de entrega do Balanço Social.

Conforme FIPECAFI (2000, P. 31): “O balanço social deve ser elaborado em função de quatro vertentes: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e Benefícios e Contribuições à sociedade em geral [...]”.

No quadro a seguir veremos mais claramente as regulamentações que existem no Brasil, e as quatro vertentes propostas pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI):

Regulamentações	Vertentes definidas pela FIPECAFI			
	DVA	Balanço Ambiental	Balanço de Recursos Humanos	Contribuições à Sociedade em Geral
NBC T 15	Sim	Sim	Sim	Sim
Projeto de Lei nº 1.305/2003	Não	Não	Sim	Sim
Projeto de Lei nº 0032/1999	Não	Sim	Sim	Sim
Lei nº 2.843/2003 – AM	Não	Sim	Sim	Sim
Lei nº 7.687/2002 – MT	Não	Sim	Sim	Sim
Lei nº 11.440/2000 – RS	Não	Sim	Sim	Sim
Lei nº 9536/2004 – Londrina	Não	Sim	Sim	Sim
Lei nº 7.672/1998 – Santo André	Não	Sim	Sim	Sim
Lei nº 8118/1998 – Porto Alegre	Não	Sim	Sim	Sim

Quadro 2: Normas brasileiras x vertenes definidas pela FIPECAFI
Fonte: Carvalho; Siqueira (2009).

2.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social se da através das ações sociais que as empresas realizam em prol aos seus colaboradores, investidores e comunidade

como um todo, tornando-se assim uma empresa aos olhos da sociedade em geral, pois atualmente o que muitos investidores, principalmente, internacionais tem buscado empresas socialmente responsáveis para que possa fazer seus investimentos.

Tinoco (2008, p. 115) afirma que:

[...] responsabilidade social corporativa, ou cidadania empresarial, como também é chamada, enfatiza o impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem (stakeholders): empregados, investidores, competidores, governos e comunidades.

Através de suas ações sociais que as pessoas interessadas nas empresas podem definir o perfil de cada uma, como saber se as mesmas se interessam com a comunidade ou se estão apenas interessadas no lucro que vão obter com o ramo de negocio escolhido.

Szuster et. al. (2008, p.56) definem:

[...] a responsabilidade Social empresarial (RSE) é uma forma de gestão que prioriza a relação ética e transparente da empresa com seus públicos interno e externo, estabelece metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade e caracteriza-se, ainda, pela preservação dos recursos ambientais e culturais, pelo respeito à diversidade e pela promoção da redução das desigualdades sociais.

As empresas estão optando por serem empresas de responsabilidade social, pois buscam o reconhecimento de toda a sociedade, do seu publico interno e externo e também um reconhecimento de nível internacional.

2.6 Breve Histórico do Banco HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo

Fundado em 1865 o Grupo HSBC tem sede em Londres, Inglaterra e em Hong Kong, China e conta com mais de cem milhões de clientes em todo o mundo. Possui 312 mil colaboradores, 9,5 milhões de escritórios em 86 países e territórios. No Brasil o Grupo esta presente em 562 municípios, possui 893 agências, 408 postos de atendimentos bancários, 1,1 mil postos de atendimento eletrônico, 2,5 mil ambientes de auto-atendimento e 32 mil caixas automáticos (Rede Compartilhada e

Banco 24 horas). As ações do HSBC são negociadas nas Bolsas de Londres, Hong Kong, Nova Iorque, Paris e Bermuda, e são mais de duzentos mil acionistas.

Desde 1997 o Grupo atua no Brasil, nos segmentos de varejo, private bank (pessoa física de alto poder aquisitivo), comercial, corporate (grandes empresas) e investment banking (investimento). Possui serviços como contas correntes, cartões de crédito e débito, seguros e previdência, empréstimos e financiamentos, fundos de investimento, fundos de pensão, mercado de capitais, operações de câmbio/internacionais, gerenciamento e recebimento de pagamentos e serviços de tesouraria.

Com início no século 19, a empresa foi criada para financiar o crescimento de uma parceria na época entre China e Europa, a partir de bons resultados colhidos por esta parceria, o HSBC então só desenvolveu.

Até 1999, o nome do grupo era The Hong Kong Shanghai Bank Corporation, a partir de então o HSBC decidiu utilizar apenas a sigla do seu nome para que pudesse ser reconhecido mais facilmente em todos os lugares do mundo. A marca do banco, atualmente reconhecida nos quatro cantos do mundo, foi criada em 1983, porém, só em 1998 passou a ser unificada, com as letras "HSBC" e a marca com o símbolo hexagonal em vermelho.

Dois anos depois, o Grupo reforçou sua unificação lançando a campanha internacional The World's Local Bank, que em português foi traduzida como No Brasil e no mundo HSBC.

3 METODOLOGIA

Neste trabalho foi utilizado o método indutivo que aplicado nesta instituição financeira de forma particular poderá ser utilizado em outras instituições de mesmo embasamento.

Cervo; Bervian (2006, p. 32):

Na indução, a conclusão está para as premissas, como o todo está para as partes. De verdades particulares concluímos verdades gerais [...]. O argumento indutivo baseia-se na generalização de propriedades comuns a certo número de casos, até agora observados, a todas as ocorrências de fatos similares que se verificam no futuro. O grau de confirmação dos enunciados traduzidos depende das evidências ocorrentes.

Uma característica do método indutivo é que ele tem fundamento em premissas, o que se pode afirmar o seguinte: se as premissas de argumento indutivo são verdadeiras, a melhor conclusão é de que provavelmente seja verdade, neste método não é correto afirmar uma conclusão que se baseia em premissas seja totalmente correta.

Para Marconi; Lakatos (2004, p. 53):

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

No método indutivo, de verdades particulares se fazem verdades genéricas, quer dizer que por intermédio de uma conclusão tirada por um determinado autor, outros podem se basear em sua tese, e tirar suas próprias conclusões.

Medeiros (2004, p. 44) *apud* Ruiz (1995, p. 114) afirma que: “a indução científica parte do fenômeno para chegar à lei geral. Observa, experimenta, descobre a relação causal entre dois fenômenos e generaliza esta relação em lei, para efeito de perdições.

No primeiro momento, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que se baseia em pesquisas em livros, revistas científicas e sites especializados, esse foi o material utilizado para elaborar este trabalho científico.

Para Serrano (2003, p. 122) *apud* Oliveira (1999, p. 119):

A pesquisa bibliográfica não deve ser confundida com a pesquisa de documentos, pois o levantamento bibliográfico é mais amplo do que a pesquisa documental, embora possa ser realizado simultaneamente. A pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.

Para se efetuar uma pesquisa bibliográfica é necessário que outras pessoas já tenham falado sobre o assunto, que já tenha material elaborado para que se possa consultá-los e através destes fazer uma pesquisa bibliográfica.

Gil (2008, p. 44) define:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.[...]

A classificação da pesquisa científica se dá conforme a escolha dos objetivos gerais do trabalho, para este trabalho está sendo utilizada a técnica de pesquisa exploratória, que visa tornar o problema mais explícito. Na maioria das vezes este tipo de estudo assume forma de estudo de caso ou pesquisa bibliográfica.

Segundo Gil (2008, p. 41) *apud* Selltitz et al., (1967, p. 63):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado [...].

Para finalizar a realização deste trabalho foi utilizada uma técnica de pesquisa, essa técnica compreende o levantamento de material que ainda não foi utilizado, podendo os mesmos ser de empresas públicas ou particulares, esta pesquisa se define por pesquisa documental, como o próprio nome já diz, é

realizada através de documentos já existentes de uma entidade, porém que ainda não foram pesquisados por outras pessoas.

De acordo com Medeiros (2004, p. 47):

A pesquisa documental compreende o levantamento de documentos que ainda não foram utilizados como base de uma pesquisa. Os documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, ou de empresas particulares, em arquivos de entidades educacionais e/ou científicas, em que arquivos de instituições religiosas, ou mesmo particulares, em cartórios, museus, videotecas, filmotecas, correspondências, diários, memórias, autobiografias, ou coleções de fotografias.

A pesquisa documental divide-se em duas etapas, a primeira etapa se chama pesquisa de fonte primária, esta pesquisa se dá em documentos que ainda não foram analisados analiticamente, e a segunda etapa que denomina-se pesquisa de fonte secundária, significa dizer que os documentos já foram analisados de alguma forma.

Afirma Beuren (2008, p. 89) que:

Assim como a maioria das tipologias, a pesquisa documental pode integrar o rol de pesquisas utilizadas em um mesmo estudo ou caracterizar-se como o único delineamento utilizado para tal. Sua notabilidade é justificada no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.

Marconi; Lakatos (2006, p. 176) falam da característica da pesquisa documental:

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos, ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

ANÁLISE DE DADOS

INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE

Para reforçar ainda mais sua atuação social, em março de 2006, o HSBC lançou o Instituto HSBC Solidariedade. Atuando com gestão própria, o Instituto é responsável por gerir o investimento social do Grupo HSBC nos três focos de atuação – Educação, Meio Ambiente e Comunidade – além de ampliar os esforços, utilizando-se do potencial de toda a rede de relacionamento do Grupo no Brasil e no mundo.

Por intermédio do Instituto HSBC Solidariedade, a empresa oferece a seus clientes uma linha de produtos bancários sociais, que geram renda para projetos sociais voltados à infância em todo país.

O HSBC divulga seus projetos através do site do IHS, onde consta como ele investe na educação, no meio ambiente e na comunidade, também podemos encontrar essas informações através dos relatórios de sustentabilidade que o banco divulga anualmente constando todas as informações sociais que o mesmo presta.

Desde o ano de 2005 o HSBC vem divulgando dados sociais através dos meios cabíveis, no ano de 2005 que foi sua estréia nesse ramo, o HSBC divulgou seu primeiro e único balanço social, a partir de 2006, houve uma pequena mudança, pois devido a criação dos relatórios de sustentabilidade pela GRI, que ficaram mundialmente conhecidos, o HSBC começou a não mais divulgar BS, e sim RS.

O RS (Relatório de Sustentabilidade), tem algumas diferenças do Balanço Social, no RS são divulgadas algumas informações que cabem ao BS, informações essas que não o deixam menos completo, pois tudo o que é mais importante no BS, também é divulgado no Relatório, ou seja, o quesito número 1 do BS pede que se fale um pouco sobre a base de cálculo da empresa, essa informação o HSBC divulga através do Relatório de Sustentabilidade, no quesito número 2 pede as informações sobre indicadores sociais internos, esses dados não estão divulgados por completo no Relatório, pois não é uma informação obrigatória no BS, então o Banco quer preservar os seus colaboradores, pois são muito visados por práticas criminosas, então ficou decidido que por este motivo alguns desses itens que são

pedidos no quesito 2 não são divulgados, no quesito 3, indicadores sociais externos, é divulgado com muitos detalhes todas as ações realizadas, principalmente em quantidade e qualidade do trabalho voluntário prestado, esses Relatórios não trazem todas essas informações em valores reais, apenas mostra em quais projetos o Banco está empenhado e como está desenvolvendo um bom trabalho social, ajudando a comunidade em geral.

No quesito número 5 apenas alguns dados são informados, mesmo porque um Relatório de Sustentabilidade não exige essas informações, e aqui no Brasil nem mesmo no BS essas informações são obrigatórias, por este motivo que o HSBC não faz a divulgação do mesmo, por não ser obrigatório, os seus gestores não acham conveniente passar essas informações para terceiros que não estejam totalmente engajados com os serviços prestados pelo Grupo.

Já no quesito número 6 do BS poderemos encontrar todas as informações que no mesmo são solicitadas através dos Relatórios de Sustentabilidade, porque a transparência com que o Banco trabalha em relação à sociedade é muito nítida, tanto que essas informações constam no site que está à disposição de todos que se interessarem em saber como funciona a política de ajuda à comunidade, educação e meio ambiente que o HSBC desenvolve através, principalmente de trabalhos voluntários que seus colaboradores participam arduamente.

Além de todas essas informações prestadas pelo Banco HSBC, temos um espaço de número 7 para maiores informações que possam ajudar a comunidade a entender melhor como as empresas divulgam seus atos sociais, e o HSBC utiliza muito bem esse espaço que foi reservado para expor mais sobre sustentabilidade, a ação social. Nesse espaço é colocado em forma de desenho, com muita natureza como o HSBC através de seus colaboradores faz para que o meio ambiente possa durar mais tempo sem ser prejudicado, neste item é realizada a divulgação de como nós colaboradores podemos colaborar ainda mais, como por exemplo no consumo de papel, na redução de energia, na redução de gasto com água, e quando fazemos isso, a natureza sorri pra nós.

O HSBC investe em produtos e projetos sociais porque acredita que o desenvolvimento sustentável e sucesso empresarial caminham juntos, pois um depende do outro, não tem como estar bem financeiramente se não proporcionar aos seus clientes uma carteira de produtos sustentáveis. E o inverso também

funciona, não é possível apenas ter responsabilidade social, é necessário que ambos estejam caminhando sempre juntos. Atualmente e cada vez mais todos os clientes irão buscar empresas que agem de acordo com as normas de sustentabilidade, pois o mundo está girando em torno disso, por essa razão o HSBC quer sair na frente, e futuramente estar entre as melhores empresas para se obter negócios e a melhor empresa para se trabalhar.

Quem coordena os projetos sociais assistidos pelo Grupo HSBC é o IHS através dele as respectivas áreas recebem apoio financeiro e voluntário. O IHS está envolvido em projetos não área da educação, comunidade e meio ambiente, no setor da educação, o objetivo é atender às comunidades com ações que contribuam para o desenvolvimento da educação formal e não formal de crianças e adolescentes menos favorecidos. No foco comunidade, o objetivo é desenvolver e apoiar ações sociais que possibilitem a geração de renda em busca da sustentabilidade e oferecer suporte para ações nas áreas de educação e meio ambiente. Já no ramo do meio ambiente, o HSBC através do IHS investe em projetos que contribuam para a redução do risco ambiental.

Desde o ano de 2001, o HSBC proporciona a campanha de Páscoa, que beneficia muitas crianças carentes, no ano de estréia da campanha foram arrecadados 730 ovos de páscoa, no ano de 2010 o número aumentou significativamente, foi de 730 para 36.346 mil ovos arrecadados.

Também em 2001 o Grupo lança a campanha Estação Solidaria que arrecada roupas e calçados, no primeiro ano foram arrecadados 2.080 produtos, já em 2009 o número passou para 42.241.

Em 2000 o HSBC também lançou a campanha Natal da Amizade, que arrecadou 1.400 brinquedos que foram doados para entidades carentes, em 2009 esses brinquedos aumentaram para uma quantidade de 42.585 brinquedos que são divididos para crianças carentes que estudam em entidades escolhidas por líderes das respectivas campanhas.

Entre os projetos sociais apoiados pelo HSBC temos alguns que se encaixam em apoio ao meio ambiente do ano de 2009, alguns deles:

- **Quatro Elementos:** é um projeto que beneficia 240 pessoas, tem a missão de transformar uma creche comunitária em uma instituição modelo, atuando com responsabilidade ambiental, já reduziu em 33% o consumo de água e também reduziu muito o consumo de energia elétrica.
- **Dignidade à Moradias com Tecnologias Limpas:** beneficiando 300 pessoas tem como missão implantar tecnologias limpas na reforma e construção de casas para os moradores de algumas comunidades de baixa renda de Vitória, produz tijolos ecológicos e pisos artesanais, possuem também um sistema de reaproveitamento de água da chuva, tendo capacitação para pedreiros.
- **Mãos Femininas Preservando a Vida da Caatinga:** Atendendo diretamente a 100 mulheres agricultoras e o objetivo é diminuir o impacto causado pela retirada de lenha da caatinga, através da utilização de fogões ecológicos.
- **Diálogo Solidário pelo Pantanal:** Visa o desenvolvimento de conservação do Pantanal beneficiando 30 pessoas, com o intuito de trazer jovens da classe média entre 18 e 25 anos para que façam parte da organização de preservação do Pantanal.
- **Projeto Floresta Viva – MUDANÇA:** Tem o objetivo de organizar e qualificar a produção de 32 agricultores familiares.
- **Arte na Terra:** Tem como objetivo promover educação ambiental e desenvolvimento humano para a sustentabilidade à 800 jovens, homens e mulheres que trabalham no campo.

Os projetos do setor de Educação apoiados pelo HSBC no ano de 2009 são:

- **Projeto Estação de Conhecimentos:** O projeto atenderá 126 crianças da zona rural, proporcionando a eles reforço escolar, oficina pedagógica, roda de leitura, desenho, música entre outras atividades.
- **Projeto Infância Cidadã:** O projeto irá beneficiar 90 crianças, serão oferecidas oficinas que incentivarão as crianças a participarem de questões ligadas ao meio ambiente, higiene e diferentes formas de violência.

- **O Saber é Cultivar a Vida:** Atende em média 980 crianças com câncer por ano. As crianças permanecem na casa até o tratamento e para não perderem o ano letivo recebem apoio pedagógico na instituição.
- **Adote um Lar:** Este projeto irá atender 70 crianças que se encontram em abrigos, tem o objetivo de resgatar a integridade desses jovens e das mães que os abandonam.
- **Recrutar:** Realizando projeto de reforço escolar, oficinas de arte-educação e cursos de informática que irá beneficiar 240 crianças de 4 a 12 anos de escolas públicas.
- **Projeto “Mãos Jovens”:** Este projeto utiliza a metodologia de cursos do SENAI para formar jovens de 11 a 17 anos que são encaminhados a eles pelo conselho tutelar.

Temos também a qualificação no Ensino de Pessoas com Deficiência;

- **Luz pela Educação:** Atende 110 pessoas, sendo profissionais da educação e alunos com deficiência visual. Foi criado o espaço da criança e também o coral “Luz pela Educação”.
- **Vemos com as Mãos:** Também atende a deficientes visuais, sendo um total de 28 pessoas que tem o objetivo de inclusão dessas pessoas na sociedade, realização de oficinas de leitura em braille, Capoeira, culinária e outras atividades.
- **Abraçando a Inclusão:** Atende alunos e professores que somam um total de 90 pessoas com deficiências.
- **Canto das Diferenças:** Este projeto beneficia 100 crianças, 11 profissionais da escola, cerca de 70 famílias e a comunidade, através da inclusão educacional e social de crianças com deficiências e dificuldade de aprendizagem.

Temos alguns projetos de escolas rurais:

- **Acorda São João:** Tem o objetivo de integrar escola e comunidade, de maneira que haja a participação de pais, responsáveis, funcionário e

professores nos espaços de formulação de políticas públicas educacionais no município.

- **Construindo e crescendo com a leitura:** O foco principal é aprimorar o nível de leitura dos alunos da escola, através do incentivo à leitura e implementação de uma biblioteca escolar.
- Alguns Projetos apoiados pelo IHS 2009:
- **Atitude Jovem:** Irá atender 300 crianças e jovens devidamente matriculados e que participem das aulas, com o intuito de trabalhar expressões artísticas como ferramenta de cultura e paz.
- **Recriarte:** Tem como missão a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de risco social. Visa a formação complementar de 50 crianças e adolescentes.
- **Construindo o Caminho:** Visa conseguir um primeiro emprego para jovens de extrema pobreza, tem o objetivo de aprimorar a comunicação escrita e verbal de 250 jovens para melhor prepará-los para conseguir seu primeiro emprego.
- **Vozes ao Vento:** Através das oficinas de musicalização e coro, quer contribuir para que 70 crianças e adolescentes tenham uma formação diferenciada para com isso terem uma formação pessoal mais adequada.

Alguns projetos apoiados que beneficiam a comunidade:

- **Águas Mansas:** O objetivo é dar condições a 30 artesãos com o qual atua de desenvolver comercialmente a linha de produtos artesanais “Águas Mansas”.
- **Iluminar:** Beneficia 91 pessoas, oferecendo diversos cursos profissionalizantes, que traz pessoas para com situação de vulnerabilidade social para o convívio com a sociedade.
- **Cultivando para a Vida:** Busca qualificação e capacitação de pessoas para o mercado de trabalho com o objetivo de promover ascensão social, contribuindo para a inserção social e cultural de indivíduos carentes.

- **Oficina Arte e Luz da Rua:** Tem o objetivo de retirar pessoas das ruas de São Paulo, para capacitá-los em trabalhos artesanais iniciando o processo da criação de uma associação/cooperativa, produzindo e vendendo produtos artesanais. O projeto irá beneficiar cerca de 30 pessoas.
- **Cidades sem Fome:** Tem o objetivo de criar hortas comunitárias no bairro de Guaianases, em áreas ociosas da localidade. Inicialmente propõe a capacitação de 5 beneficiados de baixa renda.

Através de apoio a estes projetos citados acima que o HSBC faz sua parte em relação ao social, é assim que o banco colabora com o meio ambiente a comunidade e a educação.

CONCLUSÃO

Através de um grande sociólogo surge a idéia de Balanço Social, que nada mais é que a melhor maneira de mostrar a sociedade como as empresas estão colaborando para o futuro do universo, que depende muito das ações que realizamos, principalmente na natureza.

Em 1997, algumas empresas brasileiras aderem a essa idéia, divulgando através do BS proposto por Betinho, suas informações sociais.

Betinho cria então o Ibase, uma pequena organização que tem a função principal de orientar, incentivar e ajudar as empresas que se sintam interessadas em divulgar suas ações sociais para o conhecimento geral da comunidade, o convite a essa idéia surge para que as empresas divulguem com transparência as informações necessárias para o desenvolvimento social.

Atualmente o BS pode ser considerado como uma demonstração contábil diversificada, que contém informações contábeis, econômicas e sociais, sendo que a maior parte dessas informações é retirada da contabilidade das empresas, e que fica de responsabilidade do profissional contábil sua elaboração. É ele que tem o poder de convencer os empresários a fornecer as informações sociais e ambientais à comunidade, entende-se então que não existe ainda obrigatoriedade para todas as empresas, porém é muito importante que exista essa consciência ética de se divulgar os atos sociais que realizam, sem que seja necessário que órgãos reguladores as obriguem.

Na execução e decorrer deste trabalho de projeto de pesquisa pode-se concluir que o HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo, evidencia sim suas ações sociais. Em primeira instancia, essa divulgação ocorreu através de Balanço Social que se encontra em anexo, logo após surge um modelo diferente de registrar e demonstrar essas informações, proposto pela GRI, o Relatório de Sustentabilidade. Esse relatório vem complementar o BS, e o HSBC faz sua opção de divulgação pelo Relatório. A partir de 2006, essa vem sendo a forma de demonstração dos resultados sociais que o HSBC desenvolve pela comunidade, educação e meio ambiente, e também uma forma de demonstrar vagamente como seus colaboradores são beneficiados pela empresa.

De acordo com o que se queria demonstrar, fica evidenciado que essa divulgação acontece sim, porém não sempre através do BS, mas acontece atualmente através de Relatórios de Sustentabilidade, que tem o mesmo intuito de um BS, porém não contem algumas informações que o BS divulga, que de acordo com pesquisas, informações essas que não são consideradas obrigatórias.

Nota-se que as empresas multinacionais adotam sempre formas internacionais de demonstrações, pois é uma forma mais completa de se demonstrar o que se faz de social, e com o HSBC não é diferente, ele o faz através de seus relatórios que são muito completos, e mostra que o Grupo não tem medo de encabeçar ações sociais, tanto na questão voluntária quanto na questão financeira, pois seus colaboradores são na sua maioria voluntários, e seus produtos são praticamente 100% sustentáveis, ou seja, não agredem o meio ambiente.

Fica aqui uma pesquisa para que demais usuários e empresários possam ler e se motivar desta questão tão importante e tão comentada nos dias de hoje, e possam vir a engajar projetos sociais e ambientais para que o mundo viva mais limpo, e para que nós possamos viver mais e melhor, com mais ar puro, com muita água potável e principalmente com muita saúde.

REFERÊNCIA

BEUREN, Ilse Maria. (org.) **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis**. Estrutura, Análise e Interpretação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CARVALHO, Fernanda Medeiros de. SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Regulamentações brasileiras do balanço social. In: FERREIRA, A. C. Sousa de.; SIQUEIRA, José R. Maia de.; GOMES, Mônica Zaidan. (orgs). **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental**. Teoria e Prática. 2. ed. Curitiba: Jaruá, 2008.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Perason Prentice Hall, 2002.

_____; Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Perason Prentice Hall, 2002.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

CHERMAN, Bernardo Creimer. **Contabilidade Geral**. Rio de Janeiro: Freitas bastos, 2005.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. SIQUEIRA, José Ricardo Maio de. GOMES, Mônica Zaidan. orgs. **Contabilidade Ambiental e Relatórios sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HSBC BANK BRASIL S/A. Sustentabilidade.

<http://www.hsbc.com.br/1/2/relatoriodesustentabilidade/> acesso em 06 de out. de 2010.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro:

[2010?]. Disponível em: <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=24> acesso em 24 de out. de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Publique seu Balanço Social**. Rio de Janeiro: [2010?]. Disponível em:

<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> acesso em 04 de out. de 2010.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Relatorio de Sustentabilidade**

GRI. http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1400/o_instituto_ethos/o_uniethos/o_que_fazemos/cursos/relatorio_gri/relatorio_de_sustentabilidade_gri.aspx acesso em 10 de out. de 2010.

INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE.

<http://www.porummundomaisfeliz.org.br/porummundomaisfeliz.html> acesso em 05 de out. de 2010.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Contabilidade Empresarial. 3. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

_____, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1989.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade Básica**: uma introdução a prática contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis**. Estrutura e Análise. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 26. ed. ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2009.

_____, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. Para cursos de contabilidade e concursos em geral. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. 2. ed. (ano 2005), 3. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

SERRANO, Pablo Jiménez. **Metodologia do Ensino e da Pesquisa Jurídica**: manual destinado à requalificação da atividade docente e da pesquisa científica nas universidades. Barueri: Manole, 2003.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2007.

SZUSTER, Natan. et. al. **Contabilidade Geral**: Introdução a Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade publica das organizações. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES, Ciro. (coord.). **Balanco Social**: o desafio da transparência. Rio de Janeiro – RJ: Ibase, 2008. Disponível em: <http://www.balancosocial.or.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.tm/sid=2> acesso em 06 de out. de 2010.

TORRES, Fabiano. SILVA; Fernanda Rosa da. **Pensar Contábil**. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: vol. 39: jan.-mar. 2008.

ANEXOS

ANEXO 1

LEI Nº7.687, DE 25 DE JUNHO DE 2002 - D.O. 25.06.0 2

Autores: Deputados Humberto Bosaipo, Riva e Eliene

Cria o Certificado de Responsabilidade Social no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Certificado de Responsabilidade Social - MT a ser conferido, anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, às empresas, órgãos

públicos e demais entidades com sede no Mato Grosso que apresentarem seu Balanço

Social do exercício anterior.

§ 1º Para fins do disposto no *caput* as empresas e demais entidades deverão encaminhar à

Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso o seu Balanço Social até o dia 30 de

março do ano seguinte referente ao Balanço anterior.

§ 2º O prazo de avaliação dos Balanços fica estipulado até o dia 30 de abril.

§ 3º Poderá a comissão de avaliação solicitar documentos para averiguação ou *in loco*

conferir as informações contidas no Balanço Social.

Art. 2º Para fins desta lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas

e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação

social durante o exercício contábil, a qualidade de suas relações com os empregados, o

cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e de demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§ 1º O Balanço Social de que trata o *caput* será assinado por contador ou técnico em contabilidade e um assistente social devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 2º Os dados financeiros constantes no Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Art. 3º A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso tornará pública a relação das

empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos da lei, outorgando-lhes Certificado de Responsabilidade Social – MT.

Parágrafo único O Certificado de Responsabilidade Social – MT, de que trata o *caput*

deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual, onde serão

divulgados os resultados.

Art. 4º Dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social – Destaque MT.

§ 1º Os troféus serão divididos por categoria da seguinte forma:

1. micro e pequena empresa;
2. média empresa;
3. grande empresa;
4. ONGs que desenvolvem projetos sociais;
5. ONGs que desenvolvem projetos culturais;
6. ONGs que desenvolvem projetos de turismo e meio ambiente;
7. ONGs que desenvolvem projetos educacionais;
8. órgãos públicos.

§ 2º Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão:

1. SETOR PRIVADO E ONGS:

I - impostos: taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II - folha de pagamento bruta: valor total da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;

III - condições de pagamentos: higiene e segurança do trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamatória trabalhista;

IV - alimentação: restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

V - saúde: plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

VI - educação: treinamento, programa de estágio, reembolso de educação, bolsas de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com educação e treinamento de empregados e seus familiares;

VII - aposentadoria: planos especiais de previdência privada, tais como fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios aos aposentados;

VIII - outros benefícios: participação nos resultados econômicos, seguros, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;

IX - contribuição para a sociedade: investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação;

X - defesa civil, pesquisa, obras públicas e outros gastos sociais na comunidade e preservação do meio ambiente, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;

XI - investimentos em meio ambiente: reflorestamento, despoluição, gastos com introdução

de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meio

ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

XII - número de empregados: número médio de empregados no exercício (registrados no

último dia do período);

XIII - número de admissões: admissões efetuadas durante o período;

XIV - políticas adotadas visando a diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais:

descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusão

social através da admissão social dos idosos, deficientes e outros, no seu quadro funcional;

2. ÓRGÃOS PÚBLICOS:

- Deverão ser considerados os itens acima, devendo ainda acrescentar os seguintes dados:

I - qual o tempo de espera do contribuinte para ser atendido;

II - ambiente de trabalho e sala de espera dos contribuintes;

III - prazo médio de retorno às consultas, requerimentos ou solicitações feitas pelos requerentes;

IV - espaço reservado para a comunidade fazer suas sugestões, críticas, anúncios, etc;

V - pesquisa acerca das necessidades de cada bairro junto à sua comunidade, a fim de

constar do orçamento como prioridades;

VI - se há guarda municipal, quantos estão lotados, onde estão localizados os postos de

atendimento;

VII - quantos veículos atendem à guarda municipal, tipo;

VIII - quantas horas/aula de treinamento/aperfeiçoamento foram ministradas aos guardas

municipais;

IX - número de telefones à disposição da comunidade para contato com a guarda;

X - número de empregados no final do período, discriminando os efetivos, comissionados e

temporários; número de admissões durante o ano;

XI - número de empregados por sexo, idade, escolaridade, procedência;

XII - número de trabalhadores deficientes;

XIII - composição familiar dos servidores (número de membros da família, número e idade

dos filhos), tipo de moradia (própria, aluguel, financiado);

XIV - existência de creches para filhos de servidores;

XV - programa preventivo de saúde física e mental para os servidores;

XVI - programas de estímulo para o lazer, esporte, cultura, através de associações ou clubes

recreativos;

XVII - plano de saúde, previdência, assistência médica e odontológica para os servidores,

inclusive terapias alternativas;

XVIII - seguro de vida atividades arriscadas;

- XIX - alimentação (restaurante ou tíquete), transporte e educação para o trabalho;
- XX - ambiente de trabalho: recursos humanos e materiais, com horas de trabalho aceitável e acesso às novas tecnologias;
- XXI - capacitação, treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento, com a conseqüente valorização salarial;
- XXII - remuneração condigna, informando o valor bruto da folha e encargos decorrentes;
- XXIII - outras formas de desenvolvimento humano para os servidores e sua família;
- 2.1. Secretaria de Saúde:
- I - número de hospitais municipais, com atendimento pelo SUS, indicando local, número de servidores (médicos, enfermeiros, técnicos, auxiliar de enfermagem, coordenadores, diretores, motoristas, etc.), número de leitos, número de leitos por quarto, tipos de equipamentos, tipos de serviços prestados, quantas especialidades médicas;
- II - número e endereço de postos de saúde; se há postos em bairros da periferia; quais especialidades médicas oferecem; se há atendimento odontológico, fisioterapia; vacinação permanente (quais);
- III - quanto de medicamento foi distribuído pelos postos, quantos beneficiados;
- IV - quantas pessoas atendidas (dia/mês) em cada unidade de saúde, discriminando o número de remoções para centros mais avançados;
- V - quais as campanhas de vacinação foram realizadas; quantas crianças e adultos foram vacinados; quantas pessoas são vacinadas por dia nos postos de saúde (permanente);
- VI - número de unidades móveis de saúde (médica e odontológica); valor de cada uma; quais serviços oferecem; quantas pessoas atendidas;
- VII - número de ambulâncias, valor, quantos motoristas por veículo, quantas pessoas beneficiadas;
- VIII - quantidade e tipos de equipamentos à disposição da saúde (máquinas de Raios-X, endoscopia, ultra-sonografia, etc.);
- IX - Programa de Saúde Familiar: quantas casas foram visitadas e quantas pessoas beneficiadas; qual o período da visita;
- X - campanhas de saúde preventiva, *banner's* e palestras de orientação sobre doenças contagiosas e outras, tais como: DST, Aids, Cólera, Dengue, Tabagismo, Alcoolismo, Drogas, etc;
- XI - qual o percentual (%) aplicado na saúde;
- XII - número de estação de tratamento de água, endereço;
- XIII - quantas residências e famílias têm acesso à água tratada;
- XIV - quantas campanhas de esclarecimento para não poluição dos rios e economia de água tratada pelos usuários;
- XV - ações de prevenção e/ou limpeza de rios que abastecem a cidade;

XVI - quantos metros de esgoto sanitário foram executados, onde, quantas famílias beneficiadas;

XVII - implantação e atuação do Conselho de Saúde;

XVIII - outros;

2.2. Secretaria de Educação:

I - número de escolas municipais, com o endereço de cada uma (urbanas e rurais);

II - quantas salas de aula e a capacidade de cada uma, totalizando quantos alunos foram

atendidos, por faixa etária;

III - se as escolas atendem à chamada, ou seja, quantos alunos procuram vagas e quantos

foram matriculados;

IV - Censo Escolar: quantas crianças matriculadas, quantas repetiram e quantas evadiram,

por faixa etária;

V - número de professores, discriminando por sexo, idade, os leigos, a habilitação (magistério, licenciatura plena, pós-graduados);

VI - número de professores por aluno (relação);

VII - se a remuneração é condigna e atende ao piso básico e ao Plano de Carreira do

Magistério;

VIII - qual o percentual da receita do FUNDEF aplicado na remuneração do magistério;

IX - se foi oferecido curso de capacitação para professores efetivos leigos, quantos foram

beneficiados, quais cursos; valor;

X - cursos de aperfeiçoamento/reciclagem para professores; quantos foram beneficiados;

valor;

XI - qual o percentual (%) da receita de impostos e transferências aplicados na educação;

XII - salas de aula com condições adequadas de trabalho e aprendizado:

temperatura,

luminosidade, móveis, equipamentos, materiais pedagógicos, quadro de giz e seus complementos;

XIII - prédio escolar em condições adequadas para prestar atendimento aos alunos: salas,

bibliotecas, quadras de esporte, campos esportivos, água tratada, sanitários, etc;

XIV - número de equipamentos de audiovisual por escola: computadores, retroprojetores,

televisão, vídeo, etc;

XV - quantos ônibus servem ao transporte escolar; quais rotas; quantos alunos foram

atendidos;

XVI - quantas bibliotecas, endereço, acervo;

XVII - quantas crianças são atendidas diariamente com a merenda escolar;

XVIII - quantos quilos e tipo de alimentos foram oferecidos na merenda escolar;

XIX - alimentação escolar: indicar valor dos recursos federais e próprios;

XX - quantas unidades executoras receberam recursos do PDDE; o que foi adquirido com

esses recursos;

XXI - quantos convênios foram realizados; objeto e valor de cada um; execução;

XXII - Bolsa-Escola: quantas famílias foram beneficiadas, quantos alunos foram atendidos;

XXIII - implantação e atuação dos Conselhos (de Educação, do FUNDEF, do PNAE);

XXIV - outros;

2.3. Obras e Serviços Públicos:

I - quantos metros de asfalto foram executados; quais ruas e avenidas; quantos beneficiados;

II - quantas casas populares foram construídas, quantas foram entregues; informar local;

quantas famílias beneficiadas;

III - quantos caminhões de lixo são utilizados na limpeza pública; quantas famílias beneficiadas com a coleta de lixo;

IV - quantos servidores trabalham na limpeza pública (ruas, praças...);

V - quantas empresas e suas respectivas frotas (número de ônibus) atendem ao transporte

coletivo; se atendem à demanda; número de usuários; rotas (bairros atendidos);

VI - se há abrigo em todas as paradas de ônibus;

VII - se há rodoviária e aeroporto;

VIII - quantos quilômetros de estradas vicinais foram abertos ou mantidos; quais (onde);

IX - quais obras foram realizadas: local, área construída, valor, objetivo, quais e quantos

foram beneficiados;

X - espaço para feiras, beneficiados;

XI - manutenção da iluminação pública; quais ruas não foram atendidas;

XII - outros.

2.4. Assistência Social:

I - quantas famílias comprovadamente carentes são cadastradas;

II - quantas foram beneficiadas; que tipo de assistência social foi prestada;

III - quantas e quais campanhas foram desenvolvidas, quantos beneficiados;

IV - quantas cestas básicas foram entregues;

V - quantos litros de leite foram distribuídos;

VI - atendimento a deficientes: centro de reabilitação equipado;

VII - quais os tipos de deficiência são atendidos; quantos foram atendidos diariamente;

VIII - centros comunitários, de convivência de idosos, com atividades como: trabalhos

manuais, danças, pinturas, terapias e outros;

IX - programas de assistência à criança de rua: quantos foram encaminhados a escolas,

grupos de recuperação que desenvolvem ações através do esporte, dança, teatro, música;

quantas famílias foram atendidas/orientadas;

X - atuação do Conselho Tutelar na orientação de crianças e adolescentes; quantas crianças

foram atendidas; qual o trabalho realizado junto às famílias; quais os resultados.

Art. 5º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no prazo

de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta lei, constituirá uma comissão mista, composta por: um representante da Assembléia Legislativa, um representante da classe contábil, um representante do comércio, um representante da indústria, representantes das ONGs, sendo um por seguimento para análise da responsabilidade social das empresas, organizações não governamentais e órgãos públicos.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, à conta do orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 25 de junho de 2002.

as) **JOSÉ ROGÉRIO SALLES**
Governador do Estado

ANEXO 2

Presidência da República**Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007.**

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Mensagem de veto

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 176.....

.....

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

.....

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.” (NR)

“Art. 177.....

.....

§ 2º As disposições da lei tributária ou de legislação especial sobre atividade que constitui o objeto da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não elidem a obrigação de elaborar, para todos os fins desta Lei, demonstrações financeiras em consonância com o disposto no caput deste artigo e deverão ser alternativamente observadas mediante registro:

I – em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil; ou

II – no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

.....

§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

§ 6º As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

§ 7º Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste artigo, e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.” (NR)

“Art. 178.....

§ 1º

.....

c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

§ 2º

.....

d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

.....” (NR)

“Art. 179.....

.....

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

V – no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

.....” (NR)

“(VETADO)

Art. 181. (VETADO)”

“Patrimônio Líquido

Art. 182.....

§ 1º

.....

c) (revogada);

d) (revogada).

.....

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo (§ 5º do art. 177, inciso I do caput do art. 183 e § 3º do art. 226 desta Lei) e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

.....” (NR)

“Critérios de Avaliação do Ativo

Art. 183.....

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e

b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

.....

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

§ 1º.....

.....

d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro:

1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;

2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou

3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.

§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado, intangível e diferido será registrada periodicamente nas contas de:

.....

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

.....” (NR)

“Critérios de Avaliação do Passivo

Art. 184.....

.....

III – as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.”
(NR)

“Demonstração do Resultado do Exercício

Art. 187.....

.....

VI – as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

.....

§ 2º (Revogado).” (NR)

“Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

a) das operações;

b) dos financiamentos; e

c) dos investimentos;

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuiram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

.....”(NR)

“Reserva de Lucros a Realizar

Art. 197.....

§ 1º

.....

II – o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

.....”(NR)

“Limite do Saldo das Reservas de Lucro

Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. “Atingido esse limite, a assembléia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.” (NR)

“Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão

Art. 226.....

.....

§ 3º Nas operações referidas no caput deste artigo, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado.” (NR)

“Avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas

Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as seguintes normas:

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 195-A:

“Reserva de Incentivos Fiscais

Art. 195-A. A assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).”

Demonstrações Financeiras de Sociedades de Grande Porte

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Art. 4º As normas de que tratam os incisos I, II e IV do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, poderão ser especificadas por categorias de companhias abertas e demais emissores de valores mobiliários em função do seu porte e das espécies e classes dos valores mobiliários por eles emitidos e negociados no mercado.

Art. 5º A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta Lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais.”

Art. 6º Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.

Art. 7º As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, poderão ser divulgadas, no primeiro ano de vigência desta Lei, sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior.

Art. 8º Os textos consolidados das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com todas as alterações nelas introduzidas pela legislação posterior, inclusive esta Lei, serão publicados no Diário Oficial da União pelo Poder Executivo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as alíneas c e d do § 1º do art. 182 e o § 2º do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Brasília, 28 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Arno Hugo Augustin Filho

ANEXO 3

Resolução CFC n.º 750/93

(Esta Resolução possui o Apêndice II aprovado pela Resolução CFC n.º 1111/07).

~~*Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC).*~~
Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC). [\(Redação dada pela Resolução CFC n.º. 1.282/10\)](#)

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

~~CONSIDERANDO~~ que a evolução da última década na área da Ciência Contábil reclama a atualização substantiva e adjetiva dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a que se refere a Resolução CFC 530/81,

CONSIDERANDO a necessidade de prover fundamentação apropriada para interpretação e aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, [\(Redação dada pela Resolução CFC n.º. 1.282/10\)](#)

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DE SUA OBSERVÂNCIA

~~Art. 1º~~ Constituem PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE (PFC) os enunciados por esta Resolução.

~~§ 1º~~ A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

~~§ 2º~~ Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

Art. 1º Constituem PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE (PC) os enunciados por esta Resolução.

§ 1º A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

§ 2º Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

[\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

CAPÍTULO II

DA CONCEITUAÇÃO, DA AMPLITUDE E DA ENUMERAÇÃO

~~Art. 2º Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.~~

Art. 2º Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

~~Art. 3º São Princípios Fundamentais de Contabilidade:~~

Art. 3º São Princípios de Contabilidade: [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

I) o da ENTIDADE;

II) o da CONTINUIDADE;

III) o da OPORTUNIDADE;

IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;

~~V) o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;~~ [\(Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

VI) o da COMPETÊNCIA; e

VII) o da PRUDÊNCIA.

SEÇÃO I

O PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

SEÇÃO II

O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

~~Art. 5º A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.~~

~~§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.~~

~~§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.~~

Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

SEÇÃO III

O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

~~Art. 6º O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.~~

~~Parágrafo único Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE:~~

~~I desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;~~

~~II o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;~~

~~III o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.~~

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

SEÇÃO IV

O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

~~Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.~~

~~Parágrafo único Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:~~

~~I a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;~~

~~II uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;~~

~~III o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;~~

~~IV os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado~~

~~que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;~~

~~V o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.~~

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;

c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

d) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda

nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

O PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

~~Art. 8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.~~

~~Parágrafo único — São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:~~

~~I — a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;~~

~~II — para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido;~~

~~III — a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. ([Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))~~

SEÇÃO VI

O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

~~Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.~~

~~§ 1º O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.~~

~~§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.~~

~~§ 3º As receitas consideram-se realizadas:~~

~~I — nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;~~

~~II — quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;~~

~~III — pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;~~

~~IV — no recebimento efetivo de doações e subvenções.~~

~~§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:~~

~~I — quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;~~

~~II — pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;~~

~~III — pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.~~

~~Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.~~

~~Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)~~

SEÇÃO VII

O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

~~Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.~~

~~§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.~~

~~Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)~~

~~§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA. [\(Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)~~

~~§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável. [\(Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)~~

~~**Art. 11.** A inobservância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade constitui infração nas alíneas “c”, “d” e “e” do art. 27 do Decreto Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista.~~

Art. 11. A inobservância dos Princípios de Contabilidade constitui infração nas alíneas “c”, “d” e “e” do art. 27 do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista. [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

Art. 12. Revogada a Resolução CFC n.º 530/81, esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1994.

Brasília, 29 de dezembro de 1993.

Contador IVAN CARLOS GATTI
Presidente

ANEXO 4

RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.111/07

*Aprova o Apêndice II da Resolução CFC
nº. 750/93 sobre os Princípios
Fundamentais de Contabilidade.*

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a conveniência de um maior esclarecimento sobre o conteúdo e abrangência dos Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2007.

**Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente**

Ata CFC nº. 906

ANEXO 5

INTERPRETAÇÃO DOS

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE

SOB A PERSPECTIVA DO SETOR PÚBLICO

APÊNDICE II

DA RESOLUÇÃO CFC Nº. 750/93

SOBRE OS

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE

INTRODUÇÃO AO APÊNDICE

O ponto de partida para qualquer área do conhecimento humano deve ser sempre os princípios que a sustentam. Esses princípios espelham a ideologia de determinado sistema, seus postulados básicos e seus fins. Vale dizer, os princípios são eleitos como fundamentos e qualificações essenciais da ordem que institui.

Os princípios possuem o condão de declarar e consolidar os altos valores da vida humana e, por isso, são considerados pedras angulares e vigas-mestras do sistema.

Adicionalmente, as novas demandas sociais estão a exigir um novo padrão de informações geradas pela Contabilidade Pública, e que seus demonstrativos – item essencial das prestações de contas dos gestores públicos – devem ser elaborados de modo a facilitar, por parte dos seus usuários e por toda a sociedade, a adequada interpretação dos fenômenos patrimoniais do setor público, o acompanhamento do processo orçamentário, a análise dos resultados econômicos e o fluxo financeiro.

1. INTERPRETAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE SOB A PERSPECTIVA DO SETOR PÚBLICO

1.1. O PRINCÍPIO DA ENTIDADE

1.1.1. O enunciado do Princípio da Entidade

“Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou a uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único. O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou a agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil”.

Perspectivas do Setor Público

O Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.

A autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.

1.2. O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

1.2.1. O enunciado do Princípio da Continuidade

“Art. 5º A CONTINUIDADE, ou não, da ENTIDADE, bem como a sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e da avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor de vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de se constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado”.

Perspectivas do Setor Público

No âmbito da entidade pública, a continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade.

1.3. O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

1.3.1. O enunciado do Princípio da Oportunidade

“Art. 6º O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Parágrafo único. Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE:

- I - desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;*
- II - o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;*
- III - o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão”.*

Perspectivas do Setor Público

O Princípio da Oportunidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

A integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, independentemente do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma.

1.4. O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

1.4.1. O enunciado do Princípio do Registro pelo Valor Original

“Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da Entidade.

Parágrafo único. Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

- I - a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;*
- II - uma vez integrados no patrimônio, o bem, o direito ou a obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;*
- III - o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;*
- IV - os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;*
- V - o uso da moeda do País na tradução do valo*
- VI - r dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos”.*

Perspectivas do Setor Público

Nos registros dos atos e fatos contábeis será considerado o valor original dos componentes patrimoniais.

Valor Original, que ao longo do tempo não se confunde com o custo histórico, corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, com base em valores de entrada – a exemplo de custo histórico, custo histórico corrigido e custo corrente; ou valores de saída – a exemplo de valor de liquidação, valor de realização, valor presente do fluxo de benefício do ativo e valor justo.

1.5. O PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

1.5.1. O enunciado do Princípio da Atualização Monetária

“Art. 8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis por meio do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Parágrafo único. São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

- I - a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;*
- II - para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por conseqüência, o do patrimônio líquido;*

III - a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período”.

Perspectivas do Setor Público

Na hipótese de que o consenso em torno da mensuração dos elementos patrimoniais identifique e defina os valores de aquisição, produção, doação, ou mesmo, valores obtidos mediante outras bases de mensuração, desde que defasadas no tempo, necessita-se de atualizá-lo monetariamente quando a taxa acumulada de inflação no triênio for igual ou superior a 100%, nos termos da Resolução CFC nº. 900/2001.

1.6. O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

1.6.1. O enunciado do Princípio da Competência

“Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e das despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º As receitas consideram-se realizadas:

- I - nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, quer pela fruição de serviços por esta prestados;*
- II - quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;*
- III - pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;*
- IV - no recebimento efetivo de doações e subvenções.*

§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:

- I - quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;*
- II - pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;*
- III - pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo”.*

Perspectivas do Setor Público

O Princípio da Competência é aquele que reconhece as transações e os eventos na ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente do seu pagamento ou recebimento, aplicando-se integralmente ao Setor Público.

Os atos e os fatos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados por competência, e os seus efeitos devem ser evidenciados nas Demonstrações Contábeis do exercício financeiro com o qual se relacionam, complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas.

1.7. O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

1.7.1. O enunciado do Princípio da Prudência

“Art. 10 O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável”.

Perspectivas do Setor Público

As estimativas de valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes, menores para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores maiores para passivos.

A prudência deve ser observada quando, existindo um ativo ou um passivo já escriturado por determinados valores, segundo os Princípios do Valor Original e da Atualização Monetária, surgirem possibilidades de novas mensurações.

A aplicação do Princípio da Prudência não deve levar a excessos ou a situações classificáveis como manipulação do resultado, ocultação de passivos, super ou subavaliação de ativos. Pelo contrário, em consonância com os Princípios Constitucionais da Administração Pública, deve constituir garantia de inexistência de valores fictícios, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores, ordenadores e controladores.

ANEXO 6
RESOLUÇÃO CFC N.º 1.282/10

*Atualiza e consolida dispositivos da Resolução
CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios
Fundamentais de Contabilidade.*

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que, por conta do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, que discute a aplicabilidade dos Princípios Fundamentais de Contabilidade contidos na Resolução CFC n.º 750/93;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção da Resolução CFC n.º 750/93, que foi e continua sendo referência para outros organismos normativos e reguladores brasileiros;

CONSIDERANDO a importância do conteúdo doutrinário apresentado na Resolução CFC n.º 750/93, que continua sendo, nesse novo cenário convergido, o alicerce para o julgamento profissional na aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade;

CONSIDERANDO que, para assegurar a adequada aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade à luz dos Princípios de Contabilidade, há a necessidade de harmonização dos dois documentos vigentes (Resolução CFC n.º 750/93 e NBC T 1);

CONSIDERANDO que, por conta dessa harmonização, a denominação de Princípios Fundamentais de Contabilidade deva ser alterada para Princípios de Contabilidade, visto ser suficiente para o perfeito entendimento dos usuários das demonstrações contábeis e dos profissionais da Contabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º Os “Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC)”, citados na Resolução CFC n.º 750/93, passam a denominar-se “Princípios de Contabilidade (PC)”.

Art. 2º O “CONSIDERANDO” da Resolução CFC n.º 750/93 passa a vigorar com a seguinte redação:

“CONSIDERANDO a necessidade de prover fundamentação apropriada para interpretação e aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade,”

Art. 3º Os arts. 5º, 6º, 7º, 9º e o § 1º do art. 10, da Resolução CFC n.º 750/93, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;

c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

d) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.”

(...)

“Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.”

Art. 10. (...)

“Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no

sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.”

Art. 4º Ficam revogados o inciso V do art. 3º, o art. 8º e os §§ 2º e 3º do art. 10, da Resolução CFC n.º 750/93, publicada no D.O.U., Seção I, de 31.12.93; a Resolução CFC n.º 774/94, publicada no D.O.U., Seção I, de 18/1/95, e a Resolução CFC n.º 900/01, publicada no D.O.U., Seção I, de 3/4/01.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de maio de 2010.

Contador **Juarez Domingues Carneiro**
Presidente

Ata CFC n.º 937

Balço Social Anual / 2009 / 2008



BSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

1 - Base de Cálculo		2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	R\$	94.402.540,00			R\$	85.670.560,00	
Resultado operacional (RO)	R\$	882.184,00			R\$	1.712.223,00	
Folha de pagamento bruta (FPB)	R\$	1.907.649,00			R\$	1.807.398,00	
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Previdência privada	R\$	6.562,00	0,34%	0,01%	R\$ 7.266,00	0,40%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	R\$	24.463,00	1,28%	0,03%	R\$ 25.022,00	1,38%	0,03%
Total - Indicadores sociais internos	R\$	31.025,00	1,63%	0,03%	R\$ 32.288,00	1,79%	0,04%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	R\$	22.456,00	2,55%	0,02%	R\$ 20.450,00	1,19%	0,02%
Cultura	R\$	12.000,00	1,36%	0,01%	R\$ 9.344,00	0,55%	0,01%
Saúde e saneamento	R\$	7.500,00	0,85%	0,01%	R\$ 6.250,00	0,37%	0,01%
Esporte	R\$	13.450,00	1,52%	0,01%	R\$ 10.231,00	0,60%	0,01%
Outros	R\$	15.000,00	1,70%	0,02%	R\$ 13.500,00	0,79%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	R\$	70.406,00	7,98%	0,07%	R\$ 59.775,00	3,49%	0,07%
Total - Indicadores sociais externos	R\$	70.406,00	7,98%	0,07%	R\$ 59.775,00	3,49%	0,07%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empr	R\$	35.000,00	3,97%	0,04%	R\$ 32.300,00	1,89%	0,04%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	R\$	9.400,00	1,07%	0,01%	R\$ 9.250,00	0,54%	0,01%
Total dos investimentos em meio ambiente	R\$	44.400,00	5,03%	0,05%	R\$ 41.550,00	2,43%	0,05%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		() cumpre de () não possui metas () cumpre de 51 a 75% a 50% () cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2009			2008		
Nº de empregados(as) ao final do período		23.442			23.918		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		24			22		
Nº de estagiários(as)		911			869		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		3.387			2.608		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		952			876		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2009 Valor (Mil reais)			Metas 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		0			0		
Número total de acidentes de trabalho		0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	() serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	() organizar e incentivar	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	___% governo ___% terceiros	___% colaboradores(as) ___% retido	___% acionistas	___% governo ___% terceiros	___% colaboradores(as) ___% retido	___% acionistas	
7 - Outras Informações							